

INSTITUTO VALE DO CRICARÉ
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

LUCIARA SOEIRO COELHO
RODRIGO GRAÇA CAULYT

**PÓLO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA: UM NOVO
ARRANJO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO PÚBLICA**

São Mateus
2019

LUCIARA SOEIRO COELHO
RODRIGO GRAÇA CAULYT

**PÓLO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA: UM NOVO
ARRANJO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Engenharia de Produção.

Orientador Prof. Me. Giovane Lopes Ferri

São Mateus

2019

LUCIARA SOEIRO COELHO
RODRIGO GRAÇA CAULYT

**PÓLO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA: UM NOVO
ARRANJO DE DESENVOLVIMENTO NA GESTÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Produção.

BANCA EXAMINADORA

PROF. NOME COMPLETO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF. NOME COMPLETO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

PROF. NOME COMPLETO
FACULDADE VALE DO CRICARÉ

São Mateus

2019

É chegado ao fim um ciclo de muitas risadas, choro, felicidade e frustrações. Sendo assim, dedico este trabalho a todos que fizeram parte de nossa história nesses cinco anos. Em especial dedicamos à nossas famílias esposas e maridos, filhos e filhas, pais e mães.

AGRADECIMENTOS

A Deus nossa gratidão, pois nos tem sustentado até aqui. Dispensando a nós saúde paz de espírito, alegria e perseverança em nossa caminhada. Obrigado Deus, pois sem ti não poderíamos nada fazer.

Somos gratos as nossas famílias que sempre nos apoiaram e compreenderam que nossa ausência nada mais era do que proporcionar a todos uma vida melhor e mais digna.

Aos nossos colegas de classe, que infelizmente não concluíram mas contribuíram também com nosso crescimento, aos que estão juntos conosco nesse momento e que com muita luta perseveraram para que neste dia pudéssemos aliviados falar “Somos Engenheiros de Produção”. Não podemos deixar de citar os amigos especiais que levaremos para sempre em nossos corações, pois fizeram melhores nossos dias nos ajudando sempre Fernando, Webson, Rosy e Fábio “nosso muito obrigado”.

A Prefeitura Municipal de Conceição da Barra ES, na pessoa do Sr. André Luiz Campos Tebaldi, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, por nos receber de forma cordial e decorosa.

A Faculdade Vale do Cricaré, por proporcionar a oportunidade de hoje sermos Bacharel em Engenharia de Produção.

A nossos queridos professores que com tanto carinho e dedicação nos acompanharam nessa longa jornada. Em especial ao nosso orientador Giovane Ferri que tanto nos ajudou na conclusão desse trabalho.

Enfim gratidão é o que nos define. Obrigado a todos que fizeram parte de nossa caminhada

„Há uma regra para industriais que é: Fazer a mercadoria de melhor qualidade possível, no menor custo possível, pagando o mais alto salário possível.“

Henry Ford

RESUMO

A estreita associação entre crescimento econômico e concentração espacial de atividades econômicas, em particular as industriais, tem ao longo das décadas estimulado o estudo da questão locacional. Neste sentido, o presente estudo, buscou avaliar as teorias sobre a localização industrial verificando sua adaptabilidade as características do Município de Conceição da Barra ES, identificando os fatores que influenciam diretamente na escolha de localização sob o ponto de vista do Secretário de Desenvolvimento Econômico. O objetivo desse trabalho é propor um cenário de atração empresarial e industrial para o município de Conceição da Barra ES, a fim de considerar os fatores de atração relevantes para o processo de decisão locacional de novos empreendimentos. Alicerçou-se em pesquisa bibliográfica visando formar um roteiro de referência sobre indústria, as questões relacionadas à localização, bem como as teorias locacionais, já na parte prática foi um estudo de caso simples com aplicação de um questionário ao próprio Secretário de Desenvolvimento Econômico. As correlações mostraram de um modo geral, que os fatores associados, Proximidade com Cliente, com Fornecedores e Incentivo Fiscal, apresentou um Grau de Importância Decisivo. Acredita-se que a partir da visão do Secretário quanto aos fatores locacionais Decisivo o Município poderá nortear suas ações futuras. Buscou-se também compreender a administração pública do Município de Conceição da Barra a partir de dispositivos legais, com foco na Gestão Fiscal e de Desenvolvimento Municipal. A estruturação de Gestão Fiscal foi mensurada por meio do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) e o de Desenvolvimento Municipal foi medido pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), índices coletados do próprio bando de dados o sistema FIRJAN. Índices Gestão Fiscal em 2016 obteve uma boa gestão, resultante das evoluções dos indicadores Investimento, Liquidez e Custos da Dívida e Diminuição com Gastos com Pessoal. Conceição da Barra atualmente é o município que possui maior índice de Investimento e Liquidez do Estado do Espírito Santo. Esse destaque revela proporcionalmente à população melhoria na qualidade de vida e, à iniciativa privada, segurança para seus investimentos.

Palavras chaves: Industrialização, Crescimento Econômico, Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The close association between economic growth and the spatial concentration of economic activities, in particular industrial ones, has, over the decades, stimulated the study of the locational issue. In this sense, the present study sought to evaluate the theories of industrial location by verifying its adaptability, the characteristics of the municipality of Conceição da Barra ES, identifying the factors that directly influence the choice of location from the point of view of the Secretary of Economic Development. The objective of this work is to propose a scenario of entrepreneurial and industrial attraction for the municipality of Conceição da Barra ES, in order to consider the attraction factors relevant to the locational decision process of new enterprises. It was based on bibliographical research aimed at forming a reference roadmap on industry, issues related to location, as well as locational theories, already in the practical part was a simple case study with application of a questionnaire to the Secretary of Economic Development. The correlations showed, in general, that the associated factors, Proximity with Customer, with Suppliers and Fiscal Incentive, presented a Degree of Significant Importance. It is believed that from the Secretary's point of view regarding the decisive locational factors, the Municipality will be able to guide its future actions. It was also sought to understand the public administration of the Municipality of Conceição da Barra from legal devices, focusing on Fiscal Management and Municipal Development. The Fiscal Management structuring was measured by the FIRJAN Tax Management Index (IFGF) and the Municipal Development Index was measured by the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM), indexes collected from the FIRJAN system. Indices Fiscal Management in 2016 achieved good management, resulting from the evolution of the indicators Investment, Liquidity and Debt Costs and Decrease with Personnel Expenses. Conceição da Barra is currently the municipality with the highest level of Investment and Liquidity in the State of Espírito Santo. This prominence reveals proportionately to the population improvement in the quality of life and, to the private initiative, security for its investments.

Keywords: Industrialization, Economic Growth, Quality of Life

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Princípios da Nova Gestão Pública.....	34
Quadro 2 - Classificação do IFGF.....	53
Quadro 3 - Classificação do IFDM.....	53
Quadro 4 - Classe de Fatores locacionais que serão considerados na pesquisa.	54
Quadro 5 - Fatores Locacionais Associados.....	55
Quadro 6 - Graus de importância dos fatores locacionais.....	55

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Gestão Fiscal do Município de Conceição da Barra – ano 2008.	56
Gráfico 2 - Gestão Fiscal do Município de Conceição da Barra – ano 2016.	57
Gráfico 3 - Evolução anual do IFGF de Conceição da Barra entre os anos de 2008 á 2016.	59
Gráfico 4 - IFDM e áreas de desenvolvimento do Município de Conceição da Barra ano 2008.....	60
Gráfico 5 - IFDM e áreas de desenvolvimento do Município de Conceição da Barra ano 2016.....	61
Gráfico 6 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região sudeste em 2016.....	61
Gráfico 7 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016	62
Gráfico 8 - Evolução IDEB Ensino Fundamental Regular – anos iniciais 1º ao 5º ano - Conceição da Barra entre os anos 2005 a 2017	62
Gráfico 9 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região sudeste em 2016.....	63
Gráfico 10 - Saúde sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016.....	64
Gráfico 11 - Emprego e Renda e sua distribuição dos níveis da região sudeste em 2016.....	64
Gráfico 12 - Emprego e Renda sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016.....	65

LISTA DE SIGLAS

IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
PMCB	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra
NGP	Nova Gestão Pública
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNE	Plano Nacional da Educação
IDEB	Desenvolvimento da Educação Básica
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
FINDES	Federação das Indústrias do Espírito Santo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
FNE	Linha Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
INVEST-ES	Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	13
1.2 OBJETIVO GERAL.....	15
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 TEORIA DOS PÓLOS.....	16
2.2 FATORES CLÁSSICOS DE LOCALIZAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO.....	20
2.2.1 Custos Logísticos de Bowersox.....	26
2.3 A NOVA GESTÃO PÚBLICA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO.	32
2.3.1 Lei de Responsabilidade Fiscal.....	35
2.3.2 Concepções de desenvolvimento.....	39
3 METODOLOGIA.....	51
3.1 TIPO DE ESTUDO.....	51
3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO.....	51
3.3 TÉCNICA DE COLETA DOS DADOS.....	52
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	56
4.1 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA.....	56
4.2 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA.....	59
4.3 A IMPORTÂNCIA DOS FATORES LOCACIONAIS DE ATRAÇÃO COMO NOVO CENÁRIO.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	74
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Para uma empresa, ou fábrica ser implantada em determinada localidade são observados critérios de fundamental importância, pois essa escolha tem influência sobre o valor dos investimentos a serem realizados e os custos de produção a serem incorridos ao longo do projeto (KLEIN, 2009). Assim as organizações de maneira essencial tendem a procurar se estabelecerem em locais em que consigam maximizar as receitas e minimizar as despesas, ampliando desta forma seus resultados finais.

Nesse processo, é de grande importância a avaliação dos fatores locais, estes fatores ajudam a determinar o que leva uma empresa a escolher uma localidade em detrimento de outra.

Conforme destaca Passos et. al. (2007), a questão da localização industrial sempre foi muito complexa, e, portanto, criar uma teoria geral que explique os fatores determinantes de tal decisão é muito difícil de ser desenvolvida.

A capacidade de competitividade de uma empresa pode ter influência direta com uma boa localização. Woiler & Mathias (1996) ressaltam que o problema locacional para as organizações tem caráter dinâmico, isto é, a decisão locacional regularmente deve ser revista ou alterada caso necessário, pois ao longo do tempo pode ocorrer a necessidade de expandir ou subcontratar.

Representando mudanças nas bases econômicas e na organização social. E neste contexto que o desenvolvimento municipal constitui-se fruto da integração entre o setor industrial e setores que compõem uma cidade ou município, aliados à gestão pública.

O desenvolvimento municipal deve ser “capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p.09). Conforme Fernandes (2013) é de responsabilidade da administração pública, atuar de forma eficiente e eficaz para que gere empregos, trabalhando no incentivo de instalação de novas empresas e na busca para atrair investidores em potencial capazes de atender a demanda da cidade criando empregos.

Analisar algumas despesas do município pode ser um bom indicativo para entender a administração pública. Porém torna-se necessário analisar a gestão

pública através de estudos sobre a real aplicação e destinação dos recursos públicos e a relevância desses investimentos nessas políticas públicas para o desenvolvimento social do município de Conceição da Barra.

Um modo de avaliar esse desenvolvimento em Conceição da Barra e através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que consiste em um estudo anual do Sistema Firjan que acompanha os indicadores de desenvolvimento de todos os municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde.

Também abordaremos sobre o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), que surgiu para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, de controle social que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, e como principal ênfase debater sobre a forma como os tributos pagos pela sociedade são administrados pelas prefeituras.

O índice é construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras, informações de declaração obrigatória e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (FIRJAN, 2019).

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Tomando como base para novos caminhos de desenvolvimento regional, o município de Conceição da Barra, apresenta um pátio industrial pequeno composto pelos setores de destilaria e petróleo (IDEIES, 2017).

O desenvolvimento econômico do Município, até o momento, foi ancorado em três atividades principais. A primeira delas, baseada na área agrícola advindo dos vastos plantios de eucalipto para suprimento em papel e celulose e plantios de cana-de-açúcar para produção de álcool, açúcar e geração de energia. A segunda atividade econômica está vinculada a pesca artesanal e semindustrial em alto mar. Por último, com grande importância econômica, as atividades vinculadas à prestação de serviços, voltados em especial ao turismo, tendo Conceição da Barra e Itaúnas uma das melhores estruturas hoteleira e gastronômica do norte do Estado (PMCB, 2018).

Mesmo diante desse cenário econômico, o município ainda apresenta uma evolução tímida para a área de Emprego e Renda, os baixos índices podem estar vinculados em parte à suspensão do funcionamento da Destilaria Itaúnas (Disa).

Assim, dada a limitada evolução no elemento “emprego e renda” e considerando a importância desta vertente na administração local para o presente e futuro, se faz necessário refletir sobre uma questão que pode ser um limitante. Quais as características necessárias para o município atrair novos grupos de empresários e ampliar os empreendimentos existentes?

Novos projetos empresariais e industriais devem estar comprometidos com o crescimento econômico, com a redução das desigualdades interpessoais e inter-regionais de renda e com a modernização das práticas de economia local. E com esse intuito que a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra deseja implantar um Pólo Empresarial e Industrial, a área para esse projeto localiza-se à margem da Rodovia BR-101, com aproximada de 1.330.153,00 metros quadrados ou 133 hectares (PMCB, 2018).

Localizada em região de ampla expansão empresarial no litoral norte do Estado do Espírito Santo, Conceição da Barra, em nível nacional, está localizada em região estratégica, o município localiza-se em área especial para o desenvolvimento de novos negócios e empreendimentos, integrando o Sudeste ao Nordeste brasileiro por via terrestre, através da Rodovia BR-101, e marítima por meio de um dos nove portos instalados no Estado, com previsão de instalação do 10º em São Mateus (PMCB, 2018).

O presente trabalho visa analisar os novos rumos no setor empresarial e industrial do Município, levando em consideração o potencial competitivo e indicadores de gestão pública como Gestão Fiscal e de Desenvolvimento Municipal. Ainda possui grande relevância dentro da discussão dos fatores de atração de investimentos, consideradas pelos empreendedores no momento de se definir a melhor localização ou expansão dos seus negócios.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o meio científico e acadêmico, com a sociedade. As realidades fundamentadas e estudadas neste trabalho nos levam a compreender sobre o desenvolvimento econômico do Município e suas relações com a geração de emprego e renda.

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor um cenário de atração empresarial e industrial para o Município de Conceição da Barra ES, a fim de considerar os fatores de atração relevantes para o processo de decisão locacional de novos empreendimentos.

1.3 ESPECÍFICOS

- Levantar o potencial competitivo do Município como diferencial de atração de investimentos, levando em consideração a estrutura física, incentivo Municipal e recursos de financiamento;
- Fazer uma análise dos indicadores de gestão fiscal e desenvolvimento Municipal medindo a eficácia na gestão pública, adotando o Índice FIRJAN;
- Determinar a importância dos fatores locacionais de atração sob o ponto de vista dos dirigentes públicos local e criar um cenário influenciador de decisões para novos empreendimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DOS PÓLOS

A teoria dos pólos foi desenvolvida pelo cientista francês François Perroux. A concepção em relação a teoria surgiu por meio de trabalhos acadêmicos e aplicados que se realizaram na França por meio do Instituto de Ciência Aplicada, com a orientação de Perroux, com o intuito de que fossem analisados diversos conceitos em relação a crescimento econômico.

A terminação Pólo de Desenvolvimento foi apresentado por Perroux (1955), como demonstração de como a análise de crescimento precisa estar concentrada no processo na qual as várias atividades aparecem, crescendo dessa maneira em importância e, em algumas situações, podem declinar ou desaparecer.

O que ele constatou como fato central em seus estudos foi que o crescimento econômico não se realiza de maneira simultânea e difusa em todas as áreas de um país ou abrange todas as áreas de determinada região, conceituando da seguinte maneira:

O crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p.164).

Perroux buscou também estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento. De acordo com o autor, desenvolvimento econômico precisa ser atendido como sendo um processo que é caracterizado através da “combinação das transformações de ordem mental e social de uma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global” (PERROUX 1967, p. 179).

O crescimento, por sua vez, acontece quando o produto global sofre um aumento, e mesmo que a renda per capita aumenta, contudo, sem que sejam verificadas transformações que foram previstas em relação ao conceito anteriormente especificado. (PERROUX 1967). Por meio desse entendimento, Perroux constitui uma distinção entre os pólos de crescimento e desenvolvimento, conforme definido a seguir.

Os Pólos de Desenvolvimento são aqueles que fazem a condução das modificações das estruturas que fazem a abrangência da população da região que está sendo polarizada. Enquanto que pólos de Crescimento são os que surgem de maneira espontânea, e que mesmo sendo uma motivação para o crescimento da renda per capita e do produto, não provocam transformações que sejam significativas nas estruturas regionais.

De acordo com Perroux (1967), o motivo da aglomeração da produção econômica em pólos acontecia devido as firmas dominantes (motrizes) serem, de maneira comparada, muito mais eficientes e por fazerem uso de inovações que era muito mais recentes. Deste modo, conseguiam ter um aumento da produção em tempo mais rápido que as demais.

A indústria motriz atuando como obtentora de matérias primas sendo essa um ponto de atração para mão de obra, e sendo produtora de um sério de produtos que tornam dinâmica a vida local, provocando, dessa maneira, a atração de outras indústrias, criando uma aglomeração da população que, dessa forma, estimularia o desenvolvimento de atividades agropecuárias nas áreas fornecedoras de insumo para a produção, assim como estimularia também a formação de atividades no setor terciário (serviços) de maneira proporcional as necessidades apresentadas pela população que estão instaladas em sua área de influência (PERROUX, 1967).

A propagação em torno dessa atuação atingiria, dessa maneira, toda a sociedade através do efeito multiplicador. Entretanto, vale a ressalva de que esse crescimento de maneira acelerada não acontece de maneira permanente; no entanto, é perceptível por um determinado período de tempo, após isso, sofre um decréscimo de maneira relativa (PERROUX, 1967).

Percebe-se dessa forma, que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes. Sendo assim, se uma indústria pode provocar, na atualidade, o aparecimento de um pólo e não promova de maneira constante uma atualização, poderá, desse jeito, causar uma restrição a uma série de demais indústrias que manteriam, por sua vez, uma dinamização que foi criada por ela (PERROUX, 1967).

Da mesma forma que Schumpeter, Perroux possuía o entendimento de que a inovação empresarial era aquela responsável primariamente pelo processo de desenvolvimento, envolvendo assim uma sucessão de setores e pólos dinâmicos de tempos em tempos. Já, o monopólio e a concentração seriam os fatores que atuariam como iscas para que houvesse motivação e inovação, fazendo que com

novas tecnologias fossem transmitidas para as demais firmas e toda a região adjacente.

Higgins (1988) fez a seguinte observação que Perroux projetou no espaço geográfico todo o sistema Schumpeteriano. Nessa dinâmica de associação, tanto Perroux quanto Schumpeter possuíam a crença de que o progresso acontecia por meio da inovação e a difusão em torno da mesma, ademais os conceitos abarcados de “indústrias motrizes”, “polarização” e “efeitos propulsores” de Perroux poderiam se relacionar de maneira direta com aqueles “empreendedores”, “monopólio” e “cluster of followers” de Schumpeter.

Resumindo, pode-se concluir que o pólo se trata do centro econômico dinâmico de uma determinada região e que o seu crescimento é refletido no ambiente a sua volta, uma vez que são criados fluxos da região para o centro, e refluxos que vão do centro para a região. O desenvolvimento regional estaria então sempre ligado ao seu pólo.

De acordo com Leite (1983, p. 158):

[...] as economias se desenvolvem geralmente de modo concentrado em poucas regiões ou mesmo cidades para onde são dirigidos os recursos das áreas de influência. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento tem uma base espacial e é acumulativo nos centros mais desenvolvidos (LEITE, 1983, p. 158).

Em um complexo pólo industrial, em crescimento e geograficamente concentrado, são registrados efeitos de intensificação em relação as atividades econômicas por causa da proximidade e dos contatos humanos. A concentração industrial cria com isso consumidores que tenham hábitos diversificados e progressistas se comparados como os do meio agrícola. Surgem e são encadeadas necessidades que são coletivas, de que forma que transforma de maneira imediata seu meio geográfico.

Os centros reúnem um foco maior de atividades que sejam econômicas e de serviços mantendo diferentes graus de relacionamento com as sub-regiões que estão situadas no entorno desses centros dinâmicos, que fazem a determinação de uma importante parte das atividades humanas que são praticadas nos centros que possuam escalões inferiores.

Os núcleos que irradiam as inovações são conhecidos como centros, enquanto isso as demais áreas ficam conhecidas como periferias (o que está ao

redor do centro). Os centros e a periferia se relacionam, geralmente, através de dois meios: (a) drenagem de recursos que acontece da periferia para os centros; (b) uma difusão das informações e do desenvolvimento proveniente dos centros dinâmicos para a periferia.

Leite (1983, p. 159), por sua vez, faz uma classificação de periferia como sendo:

- A) regiões Periféricas Dinâmicas – as que contam com estrutura socioeconômica favorável, possuem recursos naturais aproveitáveis, com certa autonomia de decisão, sendo mais favorecidas pelos afluxos do centro do que pela drenagem.
- B) Regiões Periféricas de Novas Oportunidades – aquelas que, por possuírem alto valor de recursos naturais, são capazes de atrair mais efeitos de difusão do que de perder por drenagem, além de captarem população e fatores econômicos de produção de outras regiões menores.
- C) Regiões Periféricas Deprimidas – as caracterizadas por escassez de recursos, contam com estruturas sociais rígidas e sofrem mais drenagem do que afluxo de recursos.
- D) Regiões Periféricas de Desenvolvimento Lento – aquelas que geralmente possuem recursos de baixo valor e apresentam apenas pequenos efeitos de difusão e de drenagem (LEITE, 1983, p. 159).

A teoria acerca do desenvolvimento econômico em relação ao espaço geográfico procura demonstrar o processo em torno da dinâmica de propagação do desenvolvimento social e econômico que ocorre dos polos para a periferia.

É importante observar que existem pólos que surgiram de maneira espontânea, e pólos que foram criados por meio de programas especiais que tinham como finalidade desenvolver determinada região. Os planejadores podem, dessa forma, fortalecer pólos que surgiram de maneira espontânea, ou criar pólos por vias de estabelecimento de infraestrutura de instalação de complexas indústrias e indústrias motrizes.

Outro termo que corrobora com o desenvolvimento dos pólos são os espaços econômicos, que precisam ser vistos como sendo um sistema em desenvolvimento, o que pode ser apresentado como um estado de crescimento, retração ou estagnação. É preciso lembrar que o espaço econômico não faz correspondência de maneira direta a um espaço geográfico como perímetro de ação (PERROUX 1967).

Perroux (1967) faz a distinção em relação a três tipos de espaço: o homogêneo, o econômico polarizado e o econômico, sendo definidos por meio de um plano:

- a) Espaço Homogêneo – se trata de um espaço que é “contínuo” ou zonas que possuem características que tem muita semelhança de estrutura da população e densidade, atividades industriais e agrícolas, nível de renda, ou seja, a estrutura econômica em torno desses espaços é identificada com regiões monolíticas ou monocultoras agrícolas.
- b) Espaço Polarizado – é caracterizado por meio da independência, intercâmbio e permanência entre as concentrações urbanas que são homogêneas e diferentes. A região polarizada se identifica pela influência que uma determinada área da cidade exerce em relação a outras áreas.
- c) Espaço Plano ou Programa – faz referência a uma seleção de meios que está disponível dentro de um espaço geográfico que é determinado, com um fim previsto e um prazo concreto.

Os diversos espaços econômicos, no entanto, podem coexistir dentro de um mesmo território, produzindo muitas vezes tensões que serão traduzidas como sendo dualismos bastante agudos.

2.2 FATORES CLÁSSICOS DE LOCALIZAÇÃO

Leme (1985) indica cinco etapas para que se instale uma empresa: macrolocalização, microlocalização, projeto do edifício, arranjo físico dos equipamentos e do local de trabalho. Essas etapas esclarecem a existência de fatores de localização, visto que a decisão em relação a localização de empresas que sejam industriais, assim como as intensivas em conhecimento, mesmo que em menor grau, ainda sofre, atualmente, influência de fatores tidos como clássicos de localização.

Mota (1968, p. 4), afirma que, de maneira tradicional, a economia é ocupada por três problemas principais: “o que produzir, como produzir e para quem produzir”. No entanto, com a evolução sofrida pelos estudos econômicos trouxe à tona uma questão que era tida como temporal, sendo visto como um novo problema: onde produzir (LÖSCH, 1957; MOTA, 1968).

A percepção em relação a existência de uma dimensão Espacial dentro da Economia resultou em uma produção, por parte dos estudiosos, de modelos

segundo as condições históricas de cada época contribuindo dessa forma para que houvesse uma evolução para a Teoria da Localização Industrial (DINIZ, 2000).

Segundo Mota (1986), embora a questão da localização seja tida como um problema econômico, não é possível visualizá-la de maneira simples. O autor faz sua justificativa se baseando de que, muitas vezes, a decisão em relação a localização também leva em consideração as fontes não-econômicas, como as motivações que sejam de ordem pessoal e as questões políticas.

Outra questão importante para Mota (1986) é o dinamismo dos fatores de localização de acordo com o setor industrial, podendo fazer variações em função da disponibilidade dos recursos naturais e humanos, tecnologias, preferências e a localização dos consumidores, as influências exercidas pelas instituições e as políticas governamentais.

A grande questão é que, quantas mais forem as opções em relação a localização da indústria, mais detalhado se torna o processo de escolha para o local que seja instalada uma empresa. Ainda assim, com um grau que tenha maior complexidade, sempre existirão opções, visto que nenhuma opção consegue reunir todas as vantagens, assim como não haverá uma região que esteja completamente desprovida de pontos que sejam relevantes (ESTALL; BUCHANAN, 1976).

Apesar dessa complexidade, os teóricos clássicos concordam que as atividades de uma indústria de transformação passam por uma reunião em relação aos fatores de produção, pela transformação, sua distribuição e venda. Dessa maneira, eles também levam em consideração os custos totais referentes a produção e distribuição, que são calculados em função dos custos de transporte das matérias-primas e dos produtos finalizados ou semifinalizados, e em função também dos custos de transformação, especialmente no que tange mão-de-obra e energia.

Nesse sentido, os fatores em relação à localização podem ter sua definição feita de acordo com as vantagens geográficas de um determinado lugar em detrimento a outro, visto que apresentam condições que proporcionam custos totais que sejam mais atrativos para a atividade industrial, possibilitando que se tenha uma maximização de lucros (MOTA, 1968; WEBER, 1969). Entre esses teóricos clássicos se encontram Johann Heinrich von Thünen, Alfred Weber, August Lösch, alemães (LÖSCH, 1957), Edgar Malone Hoover e outros autores de nome importante.

Thünen (1826), um fazendeiro alemão, foi o primeiro quem escreveu em relação as questões que são ligadas a localização. Através dos seus estudos, que foram direcionados a produção agrícola em torno das cidades, desenvolveu o que ficou conhecido como Anéis de Thünen, que eram traçados feitos em torno das cidades, delimitando dessa maneira as áreas de cultivo. Nesse modelo, a remuneração do produtor rural tem seu cálculo feito de forma muito simples. São subtraídos os custos com os fatores de produção e fretes do valor recebido por meio da venda dos produtos, e quanto mais distante estiver do mercado, menor será o excedente do produtor.

Assim, é possível dizer que a questão principal em relação ao modelo mencionado é identificar culturas que possam maximizar a renda da terra, dada em relação a função da distância até a cidade localizada no centro dos anéis.

Para Weber (1929) ele analisou a influência dos custos do transporte das matérias primas e os produtos finalizados e/ou semifinalizados, influenciando na mão de obra e das forças aglomerativas, que hoje tem discussões feitas nos distritos industriais, arranjos produtivos locais (APL's), clusters e parques tecnológicos como explicação em razão das quais as empresas fazem as escolhas de sua localização.

Dois instrumentos que determinavam a melhor localização industrial: O Triângulo Locacional e as Curvas Isodapanas. O primeiro se destina a encontrar uma posição que seja equilibrada em relação aos custos de transportes entre os três vértices de um triângulo que exercem entre si uma força de atração. Dois deles tem sua representação feita por meio de duas matérias primas que são necessárias localizadas em pontos que sejam distintos e somente nesses pontos, o terceiro tem sua representação representada pelo mercado consumidor, situado em um terceiro ponto. A ênfase se encontra na minimização dos custos com o transporte na minimização com os custos em transporte, com a análise de custos e mão-de-obra e das forças que são aglomerativas, sendo relegado ao segundo plano, sem que se perca sua importância (WEBER, 1929).

De toda forma, para Weber (1929), a localização adequada se trata daquela que proporciona custos menores em relação a produção, sendo que o transporte é o custo principal. Em síntese, com as Curvas Isodapanas é possível que se demonstre a distância em que pode ser transportado com um mesmo valor, levando em consideração que o custo do frete tenha seu valor calculado com relação ao seu peso.

Tanto Thünen quanto Weber fixa uma série de hipóteses para que assim seus modelos sejam verdadeiros. Os autores levam em consideração que os custos do transporte sofram variações apenas em relação a distância e peso, visto que a concorrência é perfeita, com preços que sejam constantes, que a oferta e a demanda das matérias-primas e produtos são equilibradas, onde os fornecedores e o mercado consumidor sejam conhecidos, os fatores de produção estáveis, a oferta de mão-de-obra limitada, a produtividade constante, não considerando que as indústrias possam ter diferentes portes diferentes ou serem independentes, não considerando uma possibilidade de troca de insumos, considerando a existência de acesso aos centros consumidores, sua topografia uniforme e as mesma fertilidade do solo mesmo que em pontos diferentes, no caso do modelo de Thünen. Portanto, é perceptível que os dois modelos são estáticos, se alicerçam em pressupostos que raramente são encontrados de maneira espontânea (CAVALCANTE, 2002).

Ainda assim, os estudos de Weber foi a base para o trabalho dos autores seguintes. Lösch (1957), que está concentrado mais ao lado da demanda, afirma que uma ótima localização se trata daquela que possibilita uma obtenção de maiores lucros e, não necessariamente, aquele que oferece uma contribuição para que sejam minimizados os custos ou maximizadas as receitas.

Hoover (1948) por sua vez busca fazer uma separação de conceitos que são trabalhados de maneira indevida, e, se acordo com ele, combinadas por weber. As economias internas das firmas são as que geram a economia por escala, motivadas por um aumento da demanda, as economias de localização, que são externas a firma, mas internas a indústria, e de urbanização, para todas as empresas que são tomadas em conjunto. São conceitos distintos, que agem de maneira determinante para que se tenha uma definição em relação aos custos da produção em determinada localidade, e que, de maneira constante, tem o poder de influenciar na decisão em relação a localização industrial. Esses conceitos são esclarecidos mais adiante.

No passado, a promoção econômica local significa, sobremaneira, uma disponibilidade em relação as áreas físicas para que sejam instaladas as empresas. Com o passar do tempo, mais elementos foram incorporados, de maneira mais abrangente nos países industrializados (MEYER-STAMER, 2001).

Nesse sentido, a Teoria da Localização Industrial já foi considerado como sendo uma evolução, visto que passou a considerar mais fatores para além da terra

e ainda vem passando por um processo de evolução, tendo a contribuição de novos autores.

Azzoni, Leme e Mota são alguns nomes que representam a pesquisa brasileira nesse grupo. Se baseando em ensinamentos provenientes de autores clássicos, propõe, por exemplo, formas que classificam os fatores de localização em busca de uma teoria que seja geral e, baseados nos avanços na área tecnológica, econômicas e sociais, adicionam mais elementos aos processos de tomada de decisão em relação a localização industrial.

Assumindo que o objetivo econômico da empresa esteja baseado na obtenção do máximo lucro, diminuindo os custos e aumentando as receitas, podem existir dessa forma inúmeros fatores de localização que serão avaliados, como exemplo tem a proximidade do mercado fornecedor ou consumidor, a mão-de-obra, logística, energia, recursos naturais, existência de serviços que seja de utilidade pública ou condições climáticas (ESTALL; BUCHANAN, 1976; LEME, 1985; MOTA, 1968).

Por perceber esses inúmeros fatores em relação a localização, Mota (1968) procurou fazer um agrupamento de maneira sistemática, buscando fazer uma adequação a Teoria da Localização Industrial de Weber frente a realidade brasileira. Segundo Mota (1968), dessa maneira, o primeiro grupo de fatores de localização se forma por meio daqueles que influenciam na distribuição espacial das indústrias. Sendo então denominados como fatores gerais. Supondo que possam ser considerados como sendo forças de atração, de acordo com o autor, sua influência nas indústrias acontece por meio de duas maneiras: através dos fatores regionais e dos técnicos-relacionais, ambos sendo fatores econômicos.

O estudo dos fatores regionais favorece orientação das indústrias para a localização para que possam proporcionar mais vantagens em relação aos custos, principalmente no que tange o mão-de-obra, transporte e energia. Já os fatores técnico-relacionais atuam como aglomerados ou desaglomerados em um sentido de interdependência que existe entre as indústrias.

Mota busca aporte nos estudos de Hoover (1948) para explicar como as empresas fazem a aglomeração ou dispersão, isso devido a economia que decorre da produção em uma escala maior, devido as economias de localização, sendo consequência da formação dos pólos industriais em áreas que sejam urbanas.

Segundo Azzoni (1982) esses dois tipos de economia são classificados como externalidade. Leme (1985) faz um complemento da ideia anterior assegurando que a ideia em relação a localização de uma empresa pode sofrer diferença em relação a outra, isso depende da estratégia que for adotada em relação ao número de suas plantas produtivas. O autor apresenta três motivos que podem levar uma empresa pela decisão da concentração de sua produção: quando o custo de transporte do produto finalizado sofre negligência em comparação ao custo de transformação quando o produto tem uma demanda pequena, exigindo por parte da empresa uma prospecção de diversos mercados e/ou quando existe uma possibilidade de redução de custo em relação a unidade do produto, com produção em escala.

Segundo Mota (1968), as grandes cidades podem representar uma grande atração por parte das indústrias devido a fatores que, de certa forma, se tornam possíveis devido a própria aglomeração, indo além das questões mercadológicas. O exemplo pode-se mencionar a grande disponibilidade em relação aos serviços de crédito, serviços, comunicação e serviços de utilidade pública, e a existência de comércios que sejam fortes, etc.

Ainda assim, a grande concentração de indústrias e população pode acabar causando um grande aumento da sindicalização, da poluição, do trânsito, do aumento da violência, de uma importante diminuição na qualidade de vida, além de provocar uma escassez de áreas para que se tenham novas empresas e para que as que já existem se expandam, causando dessa forma um aumento de preços por metro quadrado. Isso indica que a aglomeração tem limites e também origina demais processos de desaglomeração (MOTA, 1968).

O segundo grupo em relação aos fatores de aglomeração, de acordo com Mota (1968) está relacionado a aqueles que interferem na distribuição espacial de determinadas indústrias. Dentre eles se encontra a disponibilidade dos recursos hídricos, serviços e terra, condições climáticas, e as exigências que se relacionam com os resíduos industriais e outros. Os fatores que são abarcados nesse grupo são classificados, segundo o autor, como sendo especiais.

Por fim, existem as motivações que estão relacionadas a fatores que são tangíveis e intangíveis ou não econômicas. Eles interferem influenciando as decisões e escolhas dos empresários quando, a exemplo, duas ou mais regiões estabelecem vantagens que sejam semelhantes (MOTA, 1968).

Como fatores que sejam tangíveis, o autor se refere aos recursos que sejam de crédito e capital, e também os incentivos governamentais, tais como isenção ou redução de impostos ou taxas. Aqui, vale lembrar que o mercado real e o mercado considerado como potencial são também fatores de localização, uma vez que a indústria não poderia existir sem eles (MOTA, 1968).

2.3 CUSTOS LOGÍSTICOS DE BROWERSOX

Entre os teóricos mais atuais, o que mais se destaca é Bowersox (1978), que em sua obra “Logistical Management”, apresentou um estudo referente a administração da logística, que passa por desenvolvimento nos dias atuais. No entanto, Bowersox no início estudava esse assunto, mas o relacionava a localização de plantas industriais (ou unidades); e atualmente seu estudo se volta para a localização de centros ou armazéns.

Segundo Bowersox (1978), a busca por uma maximização de lucros pode, no entanto, levar a decisões de localização que sejam inconsistentes em relação às metas sociais, aumentando dessa forma a distância existente entre a teoria econômica e a prática nos negócios, no entanto, de acordo com essa se trata de uma visão que está incorreta, visto que a teoria da localização em a função de abstrair de sua prática todos os elementos da natureza que possam afetar a localização, e serem resumidos em três amplas categorias: de fatores de custo mínimo; de fatores de maximização de lucros e de fatores intangíveis.

Os fatores de localização que estão relacionados aos custos podem ser divididos em custos de transferência, assim como custos de produção. Os custos de transferência são os que têm como resultados do movimento das matérias-primas para o local em que acontece a produção (planta industrial), se relacionando com o embarque dos produtos finais para o mercado. Os demais custos de produção são todos somados a selecionados em conjunto com a operação industrial. O custo da locação se refere a soma de todos os custos, de produção, transferência, devendo então ser minimizado (BOWERSOX,1978).

Os fatores que são intangíveis poder ter uma definição como sendo aqueles elementos que afetam os custos e não podem, dessa maneira, ser incluídos na classificação de transferência ou de produção. De acordo com Bowersox (1978), os custos relacionados a transferências podem ser divididos em: custos que são

associados com o acúmulo de matéria-prima ou produtos em estágio de semiacabados em ponto de transformação. Os custos em relação a distribuição se derivam do embarque de produtos de maneira final para o consumidor, por meio de passos intermediários.

A localização de uma planta industrial pode sofrer influência do mercado ou da proximidade de origem da matéria-prima, dependendo dessa forma de uma soma minimizada em relação aos custos de distribuição e acumulação. Em alguns casos, uma localização existente entre o mercado e a origem da matéria-prima pode gerar custos que sejam mais baixos. Em alguns casos, uma localização que esteja entre o mercado e onde se origina a matéria prima pode resultar em custos que sejam mais baixos (BOWERSOX 1978).

Da maneira geral Bowersox, por meio de sua análise de 1978, destacou que determinadas plantas, principalmente a industrial, podem estar localizadas perto de onde são originadas a matéria-prima, isso se deve a uma localização da matéria-prima, ou uma a uma perda que seja grande em relação ao processo produtivo.

Pode-se concluir por meio disso que são várias as forças que exercem influência nos custos de transferência para indústrias que sejam particulares, levando a um ponto menor em relação ao custo, e que esteja nas proximidades da matéria-prima. Estas forças são nomeadamente: perda de peso das matérias-primas durante o processo de produção, uma disponibilidade das indústrias extrativas e perecibilidade das mesmas.

Em síntese, as forças que faz com que as plantas industriais estejam em uma posição que seja próxima ao mercado são: o peso que as mesmas ganham durante a produção, as diferentes taxas de frete entre a matéria-prima e o produto final e a perecibilidade dos produtos finais. Existe um grupo de indústrias, de acordo com Bowersox (1978) que são chamadas de indústrias livres, e esta denominação se origina da relação estabelecida entre os custos com a transferência e o seu processo de manufatura particular, permitindo que seja selecionada a planta industrial que esteja localizada próxima ao mercado, às matérias-primas ou pontos que sejam intermediários. No caso de a indústria ser verdadeiramente livre, os custos em relação a transferência exercerão pouca influência na localização.

Um exemplo que pode ser citado são as empresas P&D, que são de maneira prática muito independente em relação a essas forças de transferência, (BOWERSOX, 1978). No entanto, essa situação não pode sofrer generalização para

as empresas em que suas plantas estejam localizadas longe das matérias-primas e do mercado, visto que em alguns casos, a unidade industrial que é localizada em um ponto intermediário que pode fazer a representação de um custo de transferência que seja mínimo (BOWERSOX, 1978).

As afirmativas anteriores em relação ao porquê de as plantas serem atraídas pelas matérias-primas ou pelos mercados se baseiam na suposição de que o frete entre esses locais e as plantas são menores do que é realizado entre as unidades e os locais que são intermediários. Embora essa seja a realidade de algumas empresas, existem exceções.

Outro efeito de influência em relação a facilidades do transporte e a topografia, seus efeitos e sua relação podem ter ênfase, visto que, no caso das hidrovias, estas estão restritas aos rios, vales, lagos, baías e áreas de níveis onde os canais podem ser construídos. Existem outras barreiras naturais que influenciam o caráter de vários modos de transporte. A rede de transporte é um elemento muito poderoso que limita a possibilidade de localização para pontos que estejam ao longo das rotas em que são feitas as transferências (BOWERSOX, 1978).

Em relação ao ponto de vista da produção, a localização econômica é aquela que faz uma combinação entre os fatores imobilizados e com um custo maior em relação aos fatores de baixo custo. Os maiores custos em relação a produção podem ser agrupados em três categorias, onde cada uma tem vários graus, em um fator locacional importante: poder, trabalho e aluguel (BOWERSOX, 1978).

Esses fatores são essencialmente humanos e podem ser extremamente importantes no que tange a localização de uma planta industrial. Diante disso, as abordagens em relação a localização não estão restritas somente a decisão de uma descentralização de unidade industriais de transferência de matéria-prima, mas também no que tange a seleção dos locais para que sejam construídos os armazéns e os centros de distribuição (BOWERSOX, 1978).

Em sua obra mais recente, Bowersox e Closs (1996) estenderam suas análises de localização incluíram projetos de canais logísticos como resultados obtidos da consideração acerca de origem global e marketing. As operações globais sofrem aumento em relação a complexidade das decisões dos canais logísticos. Em resultado, a importância que as análises de localização têm aumentado de maneira significativa.

As decisões em relação a localização estão focadas na seleção do número e a localização dos centros de distribuição. Os problemas que são típicos em relação às análises de localização poder ser caracterizados como sendo intensivos e muito complexos em informação. A complexidade é criada por meio da multiplicação em relação a alternativa de lugares para a localização, com as estratégias de estoque pertinente a cada localização (BOWERSOX, 1978).

Como já mencionado anteriormente, existem diversas categorias de análise de localização. A primeira faz referência às análises técnicas, que descrevem, de maneira geral, métodos utilizados para que sejam identificadas o centro de gravidade da geografia logística.

Assim como Lambert e Stock (1992, p. 311), vistos mais adiante, Bowersox e Closs (1960) citam esta abordagem, que, de acordo com eles, é a apropriada para que se faça a localização de um simples centro de distribuição ou unidade industrial. Para o autor, vários métodos, sejam eles matemáticos ou não, podem ser aplicados para um simples problema de localização, tendo sua complexidade e custos compatíveis com a dificuldade apresentada pelo problema.

Em relação as informações que são necessárias para que se analise a localização, essas são definidas por meio do mercado, redes, produtos, demandas dos consumidores, custos fixos e variáveis e encargos com o transporte. Em relação a definição de mercado, a análise necessita que haja uma classificação para a demanda ou uma designação para uma determinada área geográfica. A combinação das áreas geográficas constitui áreas de serviços logísticos, que podem ser um país ou uma região global. A demanda referente a cada consumidor é designada para uma das áreas de mercado (BOWERSOX, 1978).

A seleção de um método que faz a definição de mercado se trata de um elemento de extrema importância no sistema. Os modelos que são mais usados pela logística são: área estatística de padrão metropolitano (SMSA) e códigos de endereçamento postal (CEP). Além disso, é preciso observar os custos em relação as variáveis e fixos que estão associados com a operação de distribuição e facilidades. Nos custos de variáveis estão inclusos os gastos com mão-de-obra, utilidade, materiais e energia (BOWERSOX, 1978).

Os custos que são fixos incluem gastos de equipamentos, instalações e a supervisão de administração. A grande diferença entre os custos é resultado das peculiaridades locacionais em salários, valor de terra, taxas, energia. Outros autores

que estudam recentemente a localização, como Lambert e Stock (1992), fazem uma afirmação em relação a decisão da seleção de um local, podendo ser abordada por uma perspectiva micro ou macro. A abordagem macro se relaciona com a localização geográfica de armazéns que estejam em uma área ampla, a fim de que esteja bem posicionada em relação a origem dos materiais e as empresas ofertantes (melhorando dessa forma os serviços e/ou reduzindo de maneira direta os custos). A perspectiva micro está em função de examinar os fatores que levam a uma localização que seja precisa dentre as grandes áreas geográficas.

Em relação a abordagem macro, de acordo com Lambert e Stock (1992), elas podem ser identificadas de acordo com três tipos de estratégias de localização: mercado, produção e posição intermediária.

1 - A localização tem o mercado como sendo o critério principal de escolha para que defina o posicionamento do armazém, localizando-o próximo ao consumidor final. Os fatores que exercem influência nesta escolha se relacionam em custos do transporte, tempo e a sensibilidade apresentada pelo produto (provavelmente isso se refere a perecibilidade do produto).

2 - Na segunda estratégia, o nível de serviço que é ofertado ao consumidor leva a opção de se estar mais próximo dos fornecedores ou às necessidades de produção, visto que o consumidor aqui é inferior a estratégia apresentada anteriormente, estando os armazéns próximos ao seu consumidor final. Esses armazéns quando posicionados dessa maneira, funcionam como sendo uma coleção de pontos de estoque para os produtos finais que são provenientes de diferentes fábricas, e, quando empregados em empresas que tenham multiprodutos, se tem como resultado uma economia em relação ao transporte.

Os fatores que exercem influência nesse tipo de estratégia são a perecibilidades das matérias-primas, os números de produtos que a empresa tem para ofertar ao seu consumidor final, a classificação desses produtos de acordo com os consumidores e o padrão que é consolidado como transporte da empresa.

3 - A última estratégia de localização faz referência a um ponto médio existente entre o seu consumidor final. Em relação ao nível de serviço que é prestado ao consumidor, desse tipo de localização, esse apresenta uma qualidade inferior à do armazém que está posicionado próximo ao mercado e superior a localização que está próxima a produção.

A empresa de maneira muito frequente segue essa estratégia, e caso seja necessário pode oferecer ao consumidor um serviço que seja melhor, ou, caso tenha uma grande quantidade de produtos que estão sendo produzidos e oferecidos em várias fabricas com localizações que sejam diferentes. Ainda nessa abordagem se utiliza, para fazer a localização de uma unidade, uma das três estratégias: mercado, produto e propósitos gerais.

Segundo Lambert e Stock (1992) quando se opta pela primeira estratégia, quanto a produto e a localização de armazém, a empresa precisará abastecer o local com apenas um produto, ou um grupo de produtos. Cada armazém conterà uma grande quantidade de um determinado tipo de produto, mas tendo um estoque pequeno, com uma circulação alta, ou nenhum dos demais produtos. Caso a empresa possua um grupo de consumidores que gere uma demanda por um produto de maneira específica ou transforme os produtos que tenham classificação de frete, de transporte e com características de peso e volume que sejam diferentes, ela pode levar em consideração essa estratégia de produto para que seja localizado o armazém. As indústrias que fazem a utilização dessa estratégia são as que trabalham com equipamentos agrícolas, vestuário e têxtil vestuário.

A estratégia em relação ao posicionamento junto com as áreas de mercado se localiza em mercados e territórios que sejam específicos. Cada unidade faz o abastecimento dos consumidores com todos os produtos da empresa, de maneira que eles possam receber toda a linha de somente um armazém. As indústrias que fazem a utilização desta estratégia são as de alimentos, refrigerantes, vidro, produtos de papel, indústria de móveis e a química (LAMBERT E STOCK 1992).

A partir dessa perspectiva de acordo com Lambert e Stock (1992), os fatores mais específicos é que devem ser examinados caso uma empresa pretenda usar um armazém privado, ela deve considerar: qualidade, variedade e transportes servindo o local; quantidade e qualidade do trabalho disponível; ritmo de trabalho; custo e qualidade da terra industrial; potencial para expansão; avaliação da estrutura; normas de construção; natureza do ambiente comunitário; custos de construção; custo e disponibilidade de utilidades; custo local dos recursos financeiros; licenças do governo local.

Ainda Lambert e Stock (1992) abordam que se a empresa pretende usar armazéns públicos, será necessário considerar: características das unidades; serviços providos pelos armazéns; disponibilidade e proximidade aos terminais de

transportes; disponibilidades de carretagem local; diferentes companhias usando a unidade; disponibilidade de serviços de computador e de comunicações; tipos e frequências dos relatórios de estoques.

2.4 A NOVA GESTÃO PÚBLICA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

A Nova Gestão Pública pode ser compreendida, na verdade, como um refinamento do modelo gerencial. Em termos da forma de administração, não apresenta uma grande ruptura em relação ao modelo gerencial. A Nova Gestão Pública deve, portanto, ser entendida, como um movimento evolucionário, em vez de revolucionário.

Pollitt (1990) afirma que o movimento da nova administração pública pode ser visto como um sistema de pensamento caracterizado pela importação de ideias geradas em áreas do setor privado para dentro das organizações do setor público, posicionamento também adotado por outros autores, como Ferlie et al. (1999).

Pacheco (2008, p. 27) nos apresenta uma definição bastante compreensiva e abrangente do que se define como Nova Gestão Pública:

[...] um modelo emergente de modernização da administração pública mundial, caracterizado por um conjunto de princípios e práticas de gestão, oriundos de um movimento de governos de diversos países no sentido de desenvolver alternativas e soluções para os desafios aos quais eram e ainda são colocados (como escassez de recursos públicos, aumento da pressão da sociedade por qualidade e equidade na prestação de serviços etc.), e para os quais o modelo burocrático não se mostrou capaz de responder satisfatoriamente.

A Nova Gestão Pública emerge como resposta às crescentes demandas da sociedade por serviços públicos de melhor qualidade e por mudanças efetivas na realidade social, econômica e ambiental, tudo isso em um ambiente marcado pelo fortalecimento da cidadania, pela expansão das funções econômicas e sociais do Estado, pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização da economia mundial (MACROPLAN, 2005).

Segundo Matias Pereira (2007), a Nova Gestão Pública (NGP) é um movimento que começa a tomar corpo na década de 1980 e ganha força mundo afora na década de 1990. Ataíde (2005) aponta, particularmente, quatro exemplos emblemáticos de ações associadas a esse movimento nos seguintes países:

Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, que podem ser vistos na Tabela 1.

Marini e Martins (2002) sintetizam sua visão a respeito da Nova Gestão Pública em cinco princípios, sejam eles: 1) o foco no cidadão/cliente; 2) orientação para resultados; 3) ênfases no controle social e transparência; 4) contratualização e flexibilização da gestão; e 5) valorização e desenvolvimento das pessoas. Segundo os autores, algumas ferramentas são sugeridas para cada um dos elementos levantados, de forma que para a “orientação para resultados” é sugerida a utilização de indicadores de desempenho e de planejamento estratégico, que já são ferramentas bem conhecidas no universo de trabalho do engenheiro de produção.

Pacheco (2008) utiliza uma definição de princípios bastante próxima àquela apresentada por Marini e Martins (2002). Segundo Pacheco (2008), os princípios norteadores da Nova Gestão Pública são: 1) governança democrática; 2) orientação para resultados; 3) atitude e ambiente empreendedores; 4) descentralização de serviços; 5) valorização da gestão de pessoas; 6) articulação de recursos públicos e privados; e 7) responsabilização e contratualização, cujas definições podem ser encontradas na Quadro 1. Para o propósito deste trabalho, optamos por utilizar a abordagem de Pacheco (2008) que, por sua vez, é oriunda da abordagem de Marini e Martins (2002).

É importante ressaltar que o modelo da Nova Gestão Pública tem sofrido críticas do ponto de vista técnico-gerencial. Segundo Dunleavy et al. (2005), o movimento da Nova Gestão Pública vai aos poucos sendo substituído pelo movimento da governança digital, no qual as técnicas e ferramentas associadas à gestão da informação apresentam-se como um elemento mais relevante para a elaboração das políticas públicas do que aquelas associadas à estrutura organizacional.

Quadro 1 - Princípios da Nova Gestão Pública

PRINCÍPIO	DEFINIÇÃO
Governança democrática	Focalização da ação do Estado no cidadão; resgate da esfera pública como instrumento do exercício da cidadania; prestação de contas com relação às políticas e resultados propostos; transparência nas ações.
Orientação para resultados	Controles baseados em indicadores de resultados; identificação do público-alvo das ações de governo; resultados de impactos (outcomes) em detrimento dos resultados de serviços (outputs).
Atitude e ambiente empreendedores	Estímulo à criatividade e inovação por parte das organizações públicas e, principalmente, dos servidores públicos.
Descentralização de serviços	Estado com ênfase na regulação e na promoção do atendimento às demandas sociais, desempenhando a função de articulador.
Valorização da gestão de pessoas	Resgate da imagem do servidor público; estabelecimento de relações profissionais de trabalho; alcance dos resultados organizacionais; criação de condições objetivas de desenvolvimento das pessoas.
Articulação de recursos públicos e privados	O governo delega ao setor privado aspectos tipicamente mercantis do empreendimento, mantendo suas prerrogativas de planejamento, monitoramento e regulamentação. Exemplos: parcerias público-privadas (PPPs); Project Finance.
Responsabilização e contratualização	Responsabilização das organizações prestadoras de serviços sejam elas públicas ou não; monitoramento e avaliação é prerrogativa do Estado; criação de mecanismos de controle; garantia do alcance dos resultados esperados.

Fonte: Adaptado a partir Pacheco (2008).

Tal argumentação é reforçada por Margetts (2009), que aponta que a descentralização de serviços, prevista no modelo da Nova Gestão Pública, contrasta diretamente com a reintegração dos dados e operações preconizadas pelo modelo da governança digital. Osborne (2010), no entanto, identifica como tendência futura uma nova perspectiva intitulada de nova governança pública, que mescla aspectos da Nova Gestão Pública e da governança digital.

2.4.1 Lei de Responsabilidade Fiscal

Com o objetivo de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal foi instituído a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o propósito e assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos (CGU, 2019).

A referida Lei traz em seu Artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Conforme citado acima pressupor-se que a gestão pública se caracteriza como sendo um processo bastante complexo, pois envolve elementos de organização financeiros, orçamentários e patrimoniais, visando atender as necessidades públicas.

Segundo Araújo (2013), até o ano de 2000, o processo das normas de finanças públicas era conduzido sem muito rigor pela Lei nº 4320/1964, onde analisado e inserido no ordenamento jurídico brasileiro a Lei Complementar nº 101 oportunizando nova regras para a gestão pública.

No Brasil, a administração pública em suas três esferas, executiva, legislativa e judiciária, sempre foi alvo de denúncias de irregularidades e fraudes, devidas à falta de uma legislação específica que regulamentasse a gestão financeira dos órgãos públicos, que em consequência contribuiu para que uma soma incalculável de recursos públicos fosse desviada ou simplesmente mal utilizada. No entanto, no ano de 2000 quando ocorreu a sanção da Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei da Responsabilidade Fiscal, foi possível então vislumbrar uma nova dimensão à responsabilidade na administração pública (ARAÚJO, 2013).

A partir da Constituição de 1988 alguns instrumentos básicos de planejamento tornaram-se obrigatórios, a Lei de Responsabilidade Fiscal reúne, em

um único dispositivo, normas de planejamento, orçamento, receita, despesa, dívida pública e endividamento. A lei busca principalmente o controle dos atos da Administração Pública, com o intuito de uma gestão fiscal responsável que deverá ocorrer mediante cuidadoso planejamento, uma execução que busque o equilíbrio das contas públicas, a prevenção dos riscos, o cumprimento de metas propostas e, principalmente, a transparência dos atos da Administração Pública (KALIFE, 2004).

Pelicioli (2000) destaca que a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal configura um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal, o qual tem por objetivo controlar o déficit público para estabilizar a dívida em um nível suportável para a condição de economia emergente. Para tanto, os municípios e demais entes deverão preparar-se para fazer previsões de médio prazo de três a quatro anos para todas as suas receitas e despesas e acompanhá-las mensalmente, bem como dispor de um bom sistema de controle de suas finanças, principalmente para o controle de suas dívidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal está apoiada em seis principais pilares, conforme demonstrado na Figura 1.

Para Silva e Bonacim (2010) a finalidade da criação da Lei 101/2000 foi instituir métodos executivos para os órgãos públicos, a fim de corrigir os desencontros entre a arrecadação e o gasto orçamentário, desta forma sanando a deficiência encontrada pelo país na gestão de bens públicos. Propondo assim uma gestão fiscal não somente eficiente como também padronizada de tal forma que englobaria a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Para Silva e Bonacim (2010) a finalidade da criação da Lei 101/2000 foi instituir métodos executivos para os órgãos públicos, a fim de corrigir os desencontros entre a arrecadação e o gasto orçamentário, desta forma sanando a deficiência encontrada pelo país na gestão de bens públicos. Propondo assim uma gestão fiscal não somente eficiente como também padronizada de tal forma que englobaria a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Figura 1 - Seis principais pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei nº 4320/1964



Fonte: Adaptado de Silva, (2012).

Para Silva e Bonacim (2010) a finalidade da criação da Lei 101/2000 foi instituir métodos executivos para os órgãos públicos, a fim de corrigir os desencontros entre a arrecadação e o gasto orçamentário, desta forma sanando a deficiência encontrada pelo país na gestão de bens públicos. Propondo assim uma gestão fiscal não somente eficiente como também padronizada de tal forma que englobaria a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A principal inovação originada pela criação da LRF foi de fato uma gestão fiscal responsável, que além do equilíbrio das contas públicas busca também a transparência das mesmas. Araújo (2013) destaca que o objetivo central da lei não é punir os entes públicos, mas auxiliar os gestores em seu trabalho à frente da máquina administrativa, para que possam conduzir a gestão pública de forma eficiente e transparente. Desta forma, o princípio da transparência ganha maior importância, como a obrigatoriedade da apresentação dos relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal, tendo ainda o amparo do princípio da publicidade, o

qual determina que todo ato da administração pública seja levado ao conhecimento da sociedade.

Com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal a gestão das contas públicas de fato tornou-se mais transparente e equilibrada. A dinâmica da LRF não somente fixou normas de finanças públicas, exigindo mais responsabilidade na gestão fiscal, como também tornou a gestão pública mais planejada e transparente, de forma a evitar desvios e prevenir riscos, que como consequência desequilibram as contas públicas (ARAÚJO, 2013).

Tendo em vista o planejamento, se faz necessária a previsão de ingressos e saídas dos cofres públicos, por meio de três eixos fundamentais: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Sendo assim, o PPA firma as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, compreendendo os programas de governo e seus principais elementos constitutivos, tendo uma duração de quatro anos. Já a LDO explana o plano tático das prioridades e metas que devem deter os entes da administração pública, incluindo as despesas de capital a serem utilizadas em seu exercício financeiro subsequente, bem como a política de aplicação de fomento. É possível dizer que a LOA representa a concretização das metas e objetivos estabelecidos no PPA, com detalhamento do orçamento fiscal, de investimentos e da seguridade social, entre outros (DURÃO, 2012).

Kelles (2010) considera a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal como o mais importante marco regulatório fiscal brasileiro, visto que inúmeros benefícios vêm sendo sentidos em todas as esferas da Administração Pública brasileira, como a maior preocupação do gestor público com a alocação dos recursos retirados da sociedade para financiar as políticas públicas, em trabalhar o ciclo orçamentário percorrendo a trindade orçamentária com coerência, estrutura, consistência e harmonia entre programas e ações.

Os municípios na Lei de Responsabilidade Fiscal tiveram na Constituição de 1988 seu auge no que diz respeito à autonomia. Destaca-se a autonomia municipal quanto: (i) a organização dos municípios, realizada por meio das Leis Orgânicas Municipais, com a observância dos limites impostos pela Constituição Federal; (ii) ao processo eleitoral, baseada na eleição de Prefeitos e Vereadores em sufrágio universal, dentro das normas estabelecidas no direito eleitoral brasileiro; bem como, a definição das situações que podem resultar na cassação do mandato de agentes

políticos e os procedimentos que devem ser adotadas nessas situações;(iii) a instituição, arrecadação e aplicação dos recursos decorrentes dos tributos de sua competência; (iv) a elaboração e execução do planejamento financeiro e orçamentários municipal por intermédio do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), observando as normas comuns a todos os entes públicos; (v) a definição das estruturas administrativas municipais envolvendo: regime jurídico dos servidores; planos de cargos, salários e carreiras; regime previdenciário; estrutura organizacional (organograma) entre outros. (GERIGK, CLEMENTE, TAFFAREL; 2011).

Ainda destacam Gerigk, Clemente e Taffarel (2011) que, no âmbito municipal, que a gestão financeira refere-se aos procedimentos empregados na obtenção e administração dos recursos financeiros – receitas públicas – necessários para a realização dos serviços públicos e dos programas de interesse local, que constam no orçamento municipal e são executados ou desenvolvidos por intermédio das despesas públicas. Desta forma, os municípios, na execução de suas atividades e realização de seus fins, devem obter meios financeiros, seja pela exploração de seu patrimônio, pelas contribuições representadas pelos tributos municipais ou pela participação nas receitas do governo estadual e da União.

O ciclo da gestão financeira municipal tem dois tipos de contribuinte os que estão dentro e os que estão fora do território municipal. Os municipais contribuem tanto, diretamente para as receitas dos municípios, por meio dos tributos, contribuições e serviços cobrados; quanto em conjunto com os demais contribuintes para as receitas da União e dos Estados, que são repassadas aos municípios na forma de transferências ou, ainda, na forma de empréstimos. Depois de arrecadadas as receitas são geridas pelos municípios e aplicadas nas despesas produzindo os serviços públicos, que são usufruídos pela população e pelos contribuintes municipais (GERIGK, CLEMENTE, TAFFAREL; 2011).

2.4.2 Concepções de Desenvolvimento

Com a crise de incapacidade dos governos em promover o bem estar a toda a população, ou, pelo menos, minimizar os efeitos negativos do liberalismo econômico, os governos mantêm somente algumas políticas assistencialistas de

caráter emergencial e começam a buscar estratégias de combate à exclusão social focadas nos pequenos empreendimentos que se formam à margem do mercado globalizado, fomentando a economia popular (MOURA et al, 2002).

O combate à exclusão social, portanto, é o combate à pobreza, já que a incapacidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades básicas com renda própria afastá-las-ia de vários benefícios e colocariam indivíduos na condição de dependência do Estado para conseguir sobreviver (DUPAS, 1998; SANTOS, 2000).

Na década de 1990, as Nações Unidas, através do seu PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – estabelece o conceito de desenvolvimento humano, baseando-se nos estudos do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2006).

Nos anos que seguiram, foram introduzidos temas, como meio ambiente, sustentabilidade, sociedade e cidadania nas discussões sobre desenvolvimento humano. O argumento econômico cede espaço ao argumento humano e social, como se observa no primeiro relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado em 1996, onde foi destacada a exploração dos recursos naturais, a conquista da cidadania, o acesso à Justiça a transição demográfica e suas implicações nas áreas de educação, saúde e meio ambiente (BROSE, 2000).

Além disso, crescem em número e volume os movimentos populares de defesa da cidadania, que levam a uma época marcada pela esperança de uma efetiva aproximação e interlocução dos atores da sociedade, do Estado e do setor privado na busca conjunta de ações que tenham como fim o bem estar da população. Dessa forma, o estímulo às mudanças no comportamento dos agentes sociais, que interagem entre si em termos de competição e colaboração, é uma necessidade que temos para barrar a reprodução da desigualdade e da pobreza (ANDION, 2003).

De acordo com isso, Rodríguez (2005) completa, apontando que tais mudanças contêm a ampliação dos conceitos de cidadania, por meio da formação de cidadãos autônomos e com consciência crítica, que reconheçam o poder e o bem-estar que a integração da sociedade é capaz de gerar e que compreendam que essa ação conjunta aliada ao sentido de responsabilidade e valorização da cultura local formam a base da autonomia e da sustentabilidade.

O resultado conjunto de todas essas mudanças construiu o alicerce sobre o qual se edificam o conceito e as práticas de desenvolvimento local. O

desenvolvimento necessário envolve mudanças no estado atual das coisas. É necessário que haja mudanças nos indivíduos e nas relações entre os componentes da sociedade. Portanto, se não houver mudança social, não há desenvolvimento, pois mudanças sociais, geradoras de desenvolvimento social, são sinônimos de desenvolvimento (FLEURY, 2004).

Apesar dessa esperança, nota-se no modelo de democracia atual um rompimento com os princípios da democracia clássica, pois o atual valoriza os procedimentos e aspectos formais, deixando em segundo plano o bem comum, a igualdade e a participação ativa dos cidadãos nas decisões e escolhas que nortearão suas vidas. O sistema representativo atual permite apenas que se conceda, através do voto, procuração a alguns indivíduos para que estes tomem decisões que sejam consideradas legítimas, mesmo que não atendam às aspirações da maioria da população (BEHRING, 2003).

Este modelo de democracia representativa desconhece a experiência corporativa dos conselhos enquanto espaços de confrontação dos interesses e de negociação de consensos entre atores da sociedade (BEHRING, 2003).

A ação da mudança social necessária ao desenvolvimento exige articulação, negociação, aceitação de diferenças e valorização da opinião em relação ao saber. Portanto, desenvolvimento é muito mais uma questão política que econômica, pois envolve a discussão e o consenso e possui estreitas ligações com o conceito de democracia (FURTADO, 1999).

Tais premissas somente serão possíveis com a presença de instituições democráticas amplas, fortes e estáveis. Com relação a tal condição, muitos autores relacionam como causa para o baixo desenvolvimento dos países da América Latina a fragilidade de suas instituições, tendo esta como causa a aceitação de um modelo econômico excludente, que se mostra incapaz de suprir as necessidades sociais (CASTELS, 1999).

Dessa forma, é possível observar na América Latina altos índices de exclusão e desigualdades, o que torna necessário criar mecanismos de integração social através do exercício da cidadania que respeite o pluralismo e a diversidade.

Infelizmente, nos países subdesenvolvidos, ao contrário dos desenvolvidos, os direitos políticos antecederam os direitos civis, que ainda não estão garantidos, não formando, assim, Estados Cívicos, necessários ao enfrentamento coletivo dos problemas de desenvolvimento (FLEURY, 2004).

Dentro desse contexto, Passador (2003) identifica fatores atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, que devem ser determinados dentro da região e não de fora para dentro, como até então era entendido.

A fim de simplificar as referências sobre os componentes de desenvolvimento, agrupamos os elementos encontrados na revisão teórica em diagramas de causa e efeito, a fim de construir um quadro referencial sobre o tema.

Os componentes básicos que levam ao desenvolvimento são representados pela existência de Capital Social, de Capital Humano, de Capacidades Territoriais, de Cidadania e de Condições de Sustentabilidade. Cada um destes componentes será apresentado, sucessivamente, além da conceitualização, serão discutidas as condições que levam a sua realização.

Sobre o capital humano Passador (2003) destaca a preocupação corrente na década de 90, de se entender por que o nível de crescimento variava entre as regiões e nações, apesar de disporem das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região.

Percebe-se então, que apesar de interessante, alcançar bons indicadores de crescimento econômico não é suficiente para gerar o desenvolvimento desejado, sinônimo de melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, Amartya Sen (2000) defende um modo de desenvolvimento fruto de um processo de fortalecimento das liberdades individuais, determinado pelos valores das pessoas envolvidas e, portanto, condicionado pelos fatores culturais da sociedade. A principal característica deste tipo de desenvolvimento está na expansão da capacidade humana em busca da melhoria de suas próprias condições de vida.

Para Zapata (2000), a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, através de processos educacionais contínuos, provoca mudanças de comportamentos, transformando as pessoas em agentes produtivos, atores sociais e sujeitos da sua existência. Tal entendimento faz do capital humano um dos pontos de partida para a transformação dos territórios.

Sen (2000) relaciona capital humano à capacidade que temos individualmente de agir em prol do desenvolvimento, sendo capazes de assumir um determinado papel na sociedade e, através dos conjuntos de desempenhos individuais, cada um cumpra sua parte no todo, construa uma sociedade melhor para todos. Vale

observar que o capital humano não está relacionado à capacidade de termos realizados os objetivos particulares, mas a capacidade de assumir determinadas responsabilidades dentro do todo.

Nesse sentido, quando se pensa em capital humano, percebe-se que os principais elementos que o compõem estão além do nível de escolaridade ou seu ajustamento aos processos de produção econômica. Ele se refere à capacidade de as pessoas fazerem coisas novas, de ampliarem sua capacidade de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos úteis e necessários que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade. Ele tem um papel importante como instrumento de mudança social, por esse motivo, pode-se dizer que o capital humano representa a capacidade do homem ser o construtor do próprio futuro (SEN, 2000).

Dessa forma, dada a importância do capital humano no contexto do desenvolvimento local, faz-se necessário indicar quais os mecanismos e táticas poderiam ser utilizados com o objetivo de estimular sua formação e crescimento, tanto em termos de volume, quanto em qualidade.

Nesse sentido, a formação de capital humano capaz de executar as atividades produtivas, bem como de promover as mudanças sociais necessárias, dependerá diretamente da ocorrência da ampliação do acesso ao ensino e à educação, ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional, capacitação para gerar mudança social e também da melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança.

a) Ampliação do acesso ao ensino e à educação – necessidade básica quando pensamos em capital humano, a educação não pode ser entendida como o simples repasse de informações, mas deve imprimir nos indivíduos qualidades sociais e uma maior percepção da realidade.

b) Ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional – neste ponto, temos a ‘educação para a produção’, que responde por tornar as pessoas capazes de assumirem determinadas funções produtivas de acordo com as necessidades econômicas do local.

c) Capacitação para a gestão compartilhada do desenvolvimento – fomentar uma cultura associativista, que melhore a visão do coletivo e crie um comportamento pró formação de redes e parcerias em busca do desenvolvimento.

d) Melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança – refere-se à satisfação das necessidades básicas individuais, permitindo que, a partir desse ponto, as pessoas cresçam por meio da busca pela satisfação de necessidades mais elaboradas.

O Capital Social é um dos aspectos mais recentes dos estudos sobre o desenvolvimento está na inserção da concepção de “capital social”. Definido como o conjunto das características da organização social, que engloba as redes de relações entre indivíduos, suas normas de comportamento, laços de confiança e obrigações mútuas, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade (PASSADOR, 2003).

Enquanto o capital humano está relacionado ao indivíduo, o capital social tem a ver com o ambiente social propício ao desenvolvimento. Criar um ambiente (social) favorável é formar capital social. Este capital refere-se aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, que são capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para a potencialização do desenvolvimento humano e econômico, ou seja, os laços são muito mais resistentes que meros interesses materiais; sua força se encontra em sentimentos de fraternidade e reciprocidade (COSTA, 2006).

São observadas na literatura três vertentes sobre a relação entre Estado e capital social: As “anti-estatais”, as “intermediárias” e as “estatistas”.

As “anti-estatais” seriam aquelas cuja existência de capital social depende do desmantelamento do Estado, substituindo sua ação pelas ações da sociedade civil organizada. Como exemplo dessa linha teórica, está Fukuyama, que afirma que as fontes de capital social estão na cultura e o Estado, através de sua atuação, além de destruir o capital social, não teria capacidade de construí-lo (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005).

As intermediárias acreditam na organização e na articulação da sociedade como não dependentes do Estado, porém, o Estado poderia funcionar como indutor de capital social. Representando esta linha está Putnam, defensor de um papel mais participativo e fiscalizador dos cidadãos nos assuntos do Estado. (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005)

E em oposição teórica ao primeiro grupo, os representantes de visão estadista, liderados por Evans, acreditam que o Estado deve passar de mero

regulador das relações sociais para a posição de ativo mobilizador social e principal indutor de capital social (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005).

Apesar de imperceptível para a grande maioria das pessoas, o capital social está presente no cotidiano de todos, em maior ou menor grau, pois é constituído de forças que estão acima dos interesses materiais e fazem duas ou mais pessoas se unirem em torno de um objetivo comum.

“Capital social é uma norma informal momentânea que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. As normas que constituem o capital social podem alcançar desde normas de reciprocidade entre amigos, até as formas doutrinárias mais elaboradas e complexas como o Cristianismo e o Confucionismo” (Fukuyama, 1999).

Conforme Evans (1995), os componentes que formam o capital social, entre os quais estão o engajamento cívico, a integração social e as normas de confiança, podem ser promovidos pelas esferas governamentais e, inclusive, podem ser utilizados com vistas ao desenvolvimento.

Por meio do capital social, a sociedade tem a capacidade de identificar suas necessidades coletivas e estabelecer conjuntamente seus objetivos. Seus integrantes não agem independentemente, cooperam na busca dos objetivos comuns e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta, o que permite aos cidadãos serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000).

A necessidade da existência de capital social para consolidar o desenvolvimento ganha visibilidade a partir dos estudos de Putnam (2000) sobre as origens do desenvolvimento da região norte da Itália. Ele identifica, como causas do melhor desempenho das regiões ao norte da Itália, os elevados níveis de associativismo, de cooperação e de capacidade de formar redes e acordos de naturezas diversas. O grau de confiança que existe entre os indivíduos, as normas de comportamento e os sentimentos de reciprocidade contribuem para a sensação de bem estar geral e, portanto, para a questão do desenvolvimento. Tal percepção é que permite o estabelecimento da relação entre cidadania e desenvolvimento (PUTNAM, 2000).

A capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial interno, configura a forma de

desenvolvimento denominado endógeno. Identificam-se duas dimensões nessa forma de desenvolvimento: a primeira, econômica, na qual, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da melhor maneira possível, os fatores produtivos da região; a segunda, sócio-cultural, cujos valores e instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

Recentemente, Franco (2002), ao reconstruir o conceito de capital social, refere-se à capacidade das pessoas de uma sociedade em privilegiar os interesses do grupo em detrimento dos individuais, implementar o trabalho conjunto com o objetivo de alcançar metas comuns, organizar-se e associar-se, compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias.

Essas características denotam uma série de relações estáveis e duradouras estabelecidas entre as pessoas e os diversos grupos formados dentro do território, podendo ser consideradas como o principal agente de modernização e transformação sócio-econômica em uma região, propiciando um nível ótimo de desenvolvimento social para a comunidade (FRANCO, 2002).

Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e da tradição de ação comunitária.

Para Coleman (1994), existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é atingida na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Temos, ainda, a visão de Melo Neto e Fróes (1999) sobre capital social, que pode ser definido pelo acúmulo de experiências participativas e organizacionais ocorridas na base de uma comunidade e que reforçam os laços entre as pessoas, grupos e instituições; sendo necessária a existência de seis fatores na base para a construção do capital social: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança.

Formação do Capital Social, tem-se uma visão mais ampla de como pode-se formar capital social a partir dos seguintes pontos: fortalecer a identidade cultural local; promover a associação das pessoas em torno de valores e interesses comuns;

fortalecimento da sociedade civil; promover projetos de inclusão social; construir redes, pactos e acordos tendo como base a confiança mútua e aproveitamento das vantagens cooperativas; estimular a solidariedade e o voluntariado; construir espaços de trocas de conhecimentos e experiências entre os cidadãos (MELO NETO E FRÓES, 1999).

A territorialidade em vista dos elementos apresentados percebe-se, na horizontalidade dos processos e empoderamento dos atores sociais, condições necessárias para que o desenvolvimento possa ser sustentável em longo prazo. Entretanto, é inviável tal modelo em grandes dimensões geográficas.

Nessa linha, passa-se a pensar na ideia de desenvolvimento local, ou seja, na regionalização das políticas sociais, na qual, a função do governo não é mais a de resolver os problemas da população, mas estimular e incentivar as comunidades a se mobilizarem para que elas desenvolvam suas potencialidades e vocações e, a partir daí, resolvam os seus problemas.

Esse motivo nos leva a crer que o país necessita de organizações intermediárias que estejam além dos limites municipais, mas inferiores aos próprios Estados, que possibilitem a construção conjunta de projetos estratégicos e ao alcance da real participação dos grupos sociais participantes (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003).

Dessa forma, a discussão sobre desenvolvimento incorpora também os conceitos de localidade e territorialidade. A questão da territorialidade no Brasil, até hoje, limitou-se a servir de base à redistribuição de recursos para as localidades em função de desequilíbrios existentes entre as regiões e promoção de incentivos à atividade econômica de grandes empreendimentos.

Percebe-se, a partir da visão de Beduschi Filho e Abramovay (2003), que o conceito de território vai muito além do aspecto meramente espacial e geográfico, vai até as características da sociedade que se assenta sobre um determinado espaço físico, envolvendo a própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

O território é um complexo sistema multidimensional cuja interconexão entre suas várias dimensões conduz à definição de múltiplas referências a serem utilizadas em termos de planejamento e gestão do desenvolvimento.

Ao conceber o território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento, abre-se a possibilidade de visualizar as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias que trabalhem

adequadamente os recursos econômicos, culturais e ambientais que fomentam a integridade do território (RODRÍGUEZ, 2005).

Para tanto, é necessário desenvolver o que chamamos de capacidades territoriais, que seriam as qualidades necessárias para que o território funcione como catalisador das demais variáveis, auxiliando, dessa forma, no processo de desenvolvimento.

Dentre as várias capacidades territoriais, destacamos como fundamentalmente importantes para o desenvolvimento, os seguintes aspectos segundo Rodríguez, (2005) conjugação dos interesses da Sociedade, do Estado e do Mercado entre os participantes deste território; difusão de uma cultura empresarial, importante para o desenvolvimento das atividades produtivas locais, principalmente para os pequenos empresários e empreendimentos sociais (associações e cooperativas); incorporação da questão da sustentabilidade nas operações produtivas, buscando as melhores alternativas de longo prazo e que venham de encontro aos interesses das gerações futuras, garantindo tanto a sustentabilidade ambiental como social; buscar a realização do potencial de desenvolvimento endógeno, impulsionando a utilização de capacidades latentes e ainda não exploradas, principalmente por meio de arranjos produtivos baseados no território e favorecer as médias e pequenas empresas adotando critérios de rentabilidade social e de geração e emprego para a concessão de benefícios.

A cidadania é um instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, com o fortalecimento da coesão da comunidade e com a melhoria da qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns (SOUZA, 1999).

Por outro lado, é importante destacar que a participação supõe um processo em que as sociedades civil e econômica, cultural e política tenham tomado uma decisão em conjunto. Assim, sua estrutura consiste na relação estável desses elementos (BUARQUE, 2001).

Cabe ressaltar que os métodos participativos não podem ser vistos como infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos problemas. Quando um indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades em sua própria comunidade, restam-lhe algumas opções, como reunir os amigos próximos e vizinhos e debater o problema para buscar, em conjunto, uma solução, ou esperar até que o governo venha suprir a necessidade (SOUZA, 1999).

Os processos participativos são aqueles que promovem a atuação do indivíduo em todos os sentidos, porque nesta ele deposita sua própria condição de vitalidade e não naqueles em que apenas se assegura a oportunidade da participação. Isto quer dizer que devemos acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa (MARTINS, 2004).

A sustentabilidade associa-se à discussão sobre desenvolvimento, pois se percebe que é importante vincular ao tema do desenvolvimento econômico a questão do meio ambiente (VEIGA, 2006).

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (COMISSÃO, 1991).

Ainda no início dos anos 1990, sem que se tivesse assimilado totalmente os conceitos de desenvolvimento humano propostos pela ONU, foi lançado o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual desejava que o processo de desenvolvimento ocorresse sem que se prejudicasse o meio-ambiente (VEIGA, 2006).

A preocupação com a saúde do meio-ambiente, documentada na Agenda 21, firmada na Rio-92, deixa claro que é necessário que o desenvolvimento desejado deve ser aquele alcançado sem comprometer a sobrevivência das próximas gerações, através da utilização responsável dos recursos naturais disponíveis, mantendo-se, dessa forma, a capacidade produtiva e de produzir bem estar para as gerações futuras (VEIGA, 2006).

É importante compreender que a evolução da sociedade e da economia só ocorre via transformação do mundo natural, que é adaptado às necessidades humanas. O desenvolvimento sustentável, dessa forma, não pode ser encarado simplesmente como um processo que consiga manter-se por longo prazo, racionando os estoques de recursos naturais, mas que, efetivamente, busque as transformações necessárias à vida humana, sem que se comprometa a existência do meio ambiente no futuro (VEIGA, 2006).

Para alguns autores, a questão da sustentabilidade não deve se limitar somente à questão ecológica, ambiental, muito mais que isso, as sociedades devem procurar manter nos territórios um padrão de organização, um sistema que possua a capacidade de se auto-organizar, de se reproduzir e de autocriar as condições para

sua continuidade. A sustentabilidade deve passar por todas as dimensões da vida humana, e não somente a ambiental. Ou seja, o desenvolvimento sustentável deve conferir às comunidades características de organizações em rede, dotadas de qualidades, como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (FRANCO, 2002).

A Formação de condições de Sustentabilidade segundo Franco (2002) são as seguintes: conservação de recursos naturais limitados e não renováveis; mudanças nos padrões de produção e consumo; difusão da cultura ecológica e manejo sustentável dos recursos naturais, resguardando a qualidade de vida das futuras gerações.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Com intuito de obter mais profundidade sobre o assunto pesquisado, o pólo empresarial e industrial de conceição da barra e sua relação com um novo arranjo de desenvolvimento na gestão pública.

A natureza das variáveis pesquisadas, foi seguida a forma metodológica qualitativa, uma vez que desenvolveu-se o estudo em ambiente natural, com dados descritivos dentro de uma realidade contextualizada. Neste sentido, Gil (1995), pontua que na pesquisa qualitativa há uma ausência de hipóteses rígidas, o que possibilita maior flexibilidade para formular ou reformular hipóteses à medida que se realiza a pesquisa.

Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Cooper e Schindler (2003) corroboram que os elementos de pesquisa descritiva são:

[...] descrições de fenômenos ou características associadas com a população-alvo (o quem, que, quando, onde e como de um tópico); estimativa de proporções de uma população que tenha essas características, e descoberta de associações entre as diferentes variáveis (COOPER, SCHINDLER, 2003).

Para investigar os fatores que contribuíram para a decisão de localização, adotou-se a metodologia da investigação através de um questionário e entrevista.

3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

O município de Conceição da Barra localiza-se na região Norte do Estado, sua extensão territorial e de 1.187,62 Km² que corresponde a 2,25% da área total do estado, é constituído pela Sede, Distritos Braço do Rio e Itaúnas. Sua área limítrofe

se estende ao norte com a Bahia, ao Sul com São Mateus, à Oeste com Pinheiros e Pedro Canário e à Leste com o Oceano Atlântico (PROATER, 2011).

Conforme os dados do Censo de 2010, a população residente de Conceição da Barra é composta por 28.449 habitantes, com população estimada em 2018 de 30.849 habitantes. Essa população está distribuída pelos distritos da Sede, Itaúnas e Braço do Rio, e também pelas comunidades rurais. A densidade demográfica do município em relação ao último Censo em 2010 era de 24,01 hab./km².

A população urbana correspondia a 22.575 habitantes, bem maior do que a população rural, que abrigava somente 5.874 habitantes. Conceição da Barra ocupa 42º lugar no ranking do IDH, com 0,681. Segundo o PNUD (2010), em relação ao estado do Espírito Santo que é constituído de 78 municípios, Conceição da Barra é o 42º, no ranking nacional, Conceição da Barra é o 2.412º município em IDH, considerando-se os 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Em relação ao trabalho e rendimento no município, segundo o IBGE (2016), o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. Em uma proporção entre pessoas ocupadas e população total o município possui 9.9%, já entre outros municípios do estado a posição é de 13 de 78 e 64 de 78. Na comparação com cidades do país todo, ocupa a posição 1368 de 5570 e 3235 de 5570.

Outro dado relevante sobre o estudo do IBGE (2016), aponta que os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.3% da população do município nessas condições, posicionando na 12 de 78 cidades do estado e na posição 2573 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A partir dessa realidade que se espera criar um novo cenário que precisa ser respeitado, a fim de apontar um horizonte adequado e propício para futuros investimentos e expansão de empreendimentos no município.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DOS DADOS

Inicialmente procedeu-se a uma busca pelo acervo documental disponível. Este acervo constou de artigos científicos, livros, relatórios técnicos, dissertação de mestrado e tese de doutorado disponível em bibliotecas na internet. Também foram coletadas informações do banco de dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) sobre o município de Conceição da Barra, levando em consideração uma análise entre os anos de 2008 a 2016, anos estabelecidos afim

de relacionar com um novo modelo de Gestão municipal vigente até a data atual. Os dados coletos no sistema Firjan são índices de Gestão Fiscal (IFGF) do Município e Indicadores do Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Para os indicadores que compõem o IFGF, a Firjan (2018), construiu cinco indicadores, Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, sua metodologia atribui respectivas cores. Conforme o Quadro 1, a leitura desses resultados, por indicadores, é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município. Com base nessa metodologia, o objetivo foi relacionar os valores de referência do município para análises.

Quadro 1 – Classificação do IFGF

Conceito	Valor	Classificação
A	IFGF entre 0,8 e 1,0	Gestão de Excelência
B	IFGF entre 0,6 e 0,8	Boa Gestão
C	IFGF entre 0,4 e 0,6	Gestão em Dificuldade
D	IFGF entre 0,0 e 0,4	Gestão Crítica

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Já os indicadores que compõem IFDM, a Firjan (2018), monitora três áreas, Emprego e Renda, Educação e Saúde, também atribui respectivas cores. Conforme o Quadro 3, a leitura dos resultados pode variar de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do município. Assim a Firjan estabelecer valores de referência para possíveis análises de Desenvolvimento Municipal.

Quadro 3 – Classificação do IFMD

Classificação do IFDM	
Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4	Baixo estágio de desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	Desenvolvimento regular
Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	Desenvolvimento moderado
Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	Alto estágio de desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Com o objetivo de propor um cenário de atração empresarial e industrial para o Município de Conceição da Barra, foi aplicado ao Secretário de Desenvolvimento Econômico um questionário com Fatores Locacionais de decisão para a instalação de novos empreendimentos e uma entrevista com a seguinte pergunta: qual é a sua visão atual do setor industrial e empresarial do Município de Conceição da Barra?

Acredita-se que a visão do Secretário quanto aos Fatores Locacionais podem nortear à atração de investimentos para o Município, uma vez que as empresas tendem a tomar decisões por regiões com áreas destinadas à suas atividades industriais. O levantamento dos dados da pesquisa foi através de um questionário (Apêndice – A) com perguntas referentes à Classe de Fatores Locacionais importantes na decisão de uma empresa, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Classe de Fatores locacionais que serão considerados na pesquisa

CLASSE DE FATORES
1. Custos de transportes ou distâncias
2. Custos operacionais ou diretos
3. Disponibilidade de tecnologia, conhecimento e capital humano.
4. Ambiente locacional
5. Existência de vantagens de implementação

Fonte: Adaptado a partir de Klein (2009)

Para cada Classe de Fator foi associado os Fatores Locacionais Quadro 5, e para cada um destes fatores foi atribuído quatro Graus de Importância com pontuações diferentes Quadro 6

Os dados do resultado do questionário para análise obtiveram-se por uma somatória simples das pontuações do Grau de Importância de todos os Fatores Locacionais, a análise dos resultados foi confrontada com teóricos levantados em pesquisa bibliográfica, incluindo fontes de informação da própria Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e correlacionadas com as características do município.

Quadro 5 – Fatores Locacionais Associados

FATORES LOCACIONAIS ASSOCIADOS
1.1 Proximidade com Clientes
1.2 Proximidade com Fornecedores
1.3 Proximidade com Ferrovias
1.4 Proximidade com Portos
1.5 Proximidade com aeroportos
1.6 Estradas com Boa Pavimentação
2.1 Disponibilidades de Mão-de-Obra
2.2 Nível de Instrução
2.3 Faixa Salarial
3.1 Mão-de-Obra Qualificada
3.2 Tecnologia Disponível
3.3 Centros de Pesquisa
4.1 Grande Centro (proximidade)
4.2 Clima (tempo)
5.1 Ambiente Sindical Saudável
5.2 Infraestrutura Disponível
5.3 Existência de Distrito Industrial
5.4 Incentivos Fiscais

Fonte: Adaptado a partir de Klein (2009)

Quadro 6 – Graus de importância dos fatores locacionais

GRAUS DE IMPORTÂNCIA
Decisivo - 4 pontos
Importante - 3 pontos
Útil - 2 pontos
Indiferente - 1 ponto

Fonte: Adaptado a partir de Klein (2009)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

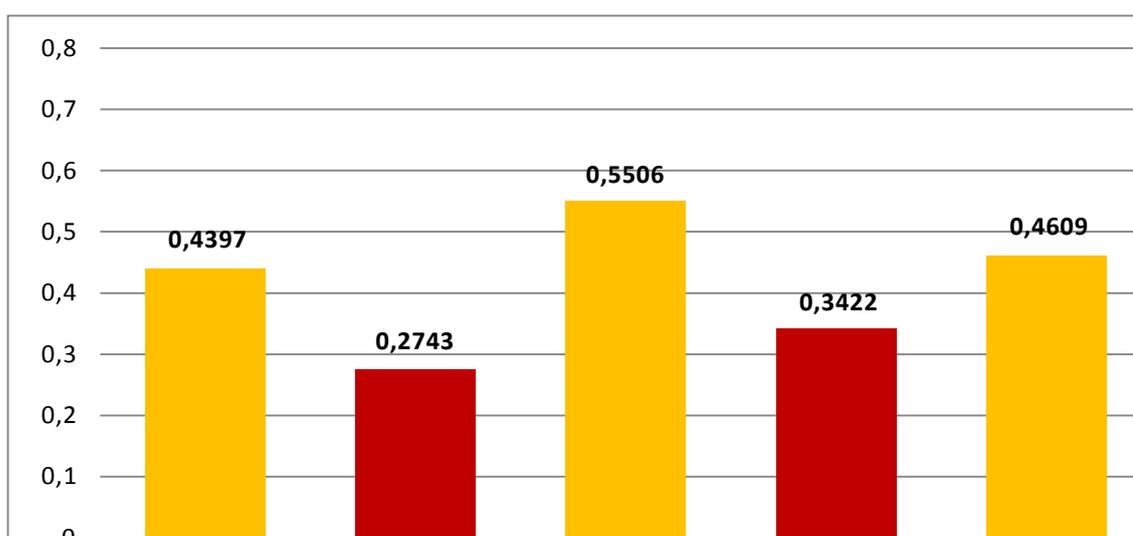
4.1 ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, o Sistema FIRJAN desenvolveu o IFGF, que é uma ferramenta de controle social e tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos (FIRJAN, 2017).

O índice FIRJAN de Gestão Fiscal é resultado de informações oficiais, declarações pelas próprias prefeituras e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio dos arquivos “Finanças do Brasil”, conhecido como Finbra (FIRJAN, 2018).

Conforme os Gráficos 1 e 2 o município de Conceição da Barra apresenta um grande salto de qualidade no período evolutivo entre 2008 a 2016, em Gestão Fiscal, avançando nos resultados do indicador de 0,4397 pontos para 0,6437 pontos. Segundo IFGF (2015), a gestão fiscal busca demonstrar os desafios da gestão municipal na aplicação dos recursos, tendo em vista as restrições orçamentárias, também procura trazer maior transparência às contas municipais ao facilitar o entendimento dos dados e informações prestados pelas prefeituras.

Gráfico 1 – Gestão Fiscal do Município de Conceição da Barra – ano 2008



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Conforme a Gráfico 1 no ano de 2008 o indicador IFGF se apresenta como

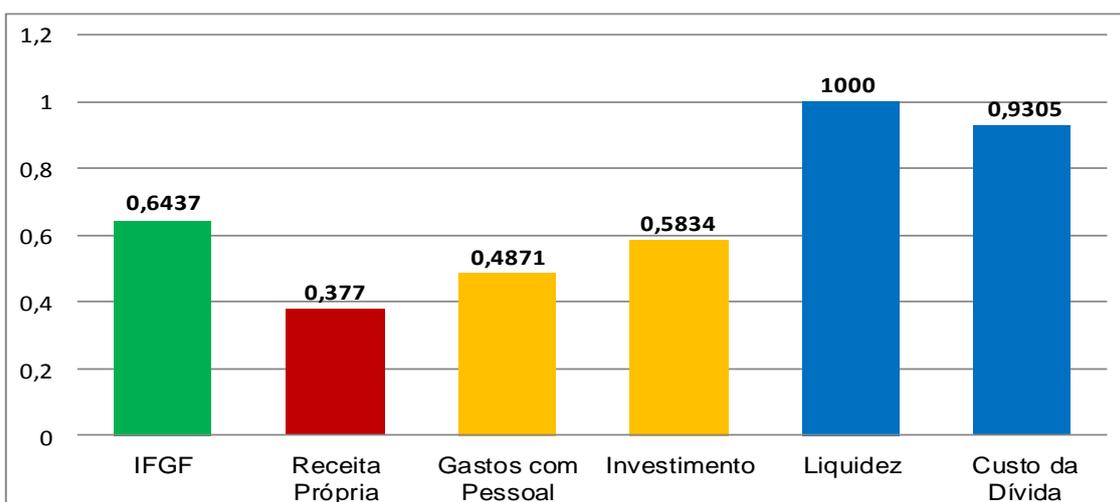
gestão em dificuldade, difícil situação fiscal que se encontra o município, isso pode estar relacionado a um cenário de desaceleração das receitas próprias, combinação de aumento dos gastos de pessoal e redução dos investimentos determinante para a deterioração das contas públicas municipal nesse ano.

O Indicador Receita Própria do município apresenta número de 0,2743 pontos se enquadrando em uma Gestão Crítica. Segundo o IFGF (2015, p. 6) o indicador mede o total de receitas geradas pelo município, e o seu objetivo é avaliar o grau de dependência das prefeituras no tocante às transferências dos estados e da União.

Pode-se levar em consideração que o município no ano de 2008, houve baixa arrecadação, onde o poder público local deveria criar vínculo entre o cidadão-contribuinte, propiciando o aumento da qualidade dos bens e serviços públicos oferecidos à população.

Outro indicador que apresenta Gestão Crítica conforme a Figura 2, é Investimento com 0,3422 ponto, é preciso reforçar que a má gestão fiscal trava os investimentos que deveriam acontecer para melhorar as condições de vida e o bem-estar da população. É possível que o município no ano de 2008, tenha elevado comprometimento dos recursos municipais com a folha de salários do funcionalismo, assim sobrando pouco espaço para investimentos.

Gráfico 2 – Gestão Fiscal do Município de Conceição da Barra – ano 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

A partir desta evolução do indicador Gestão Fiscal de 2016 conforme as Gráfico 2, Conceição da Barra, obteve o conceito boa gestão, resultante das

evoluções dos indicadores Investimento, Liquidez e Custos da Dívida e Diminuição com Gastos com Pessoal.

O indicador investimento segundo IFGF (2015) acompanha a aplicação de recursos em ruas pavimentadas, iluminação pública de qualidade, transporte eficiente, escolas e hospitais bem equipados são exemplos de investimentos municipais capazes de aumentar a produtividade do trabalhador e promover o bem-estar da população.

De acordo com o IFDM (2008) Conceição da Barra atualmente é o município que possui maior índice de Investimento e Liquidez do Estado do Espírito Santo. Esse destaque revela proporcionalmente à população melhoria na qualidade de vida e, à iniciativa privada, segurança para seus investimentos.

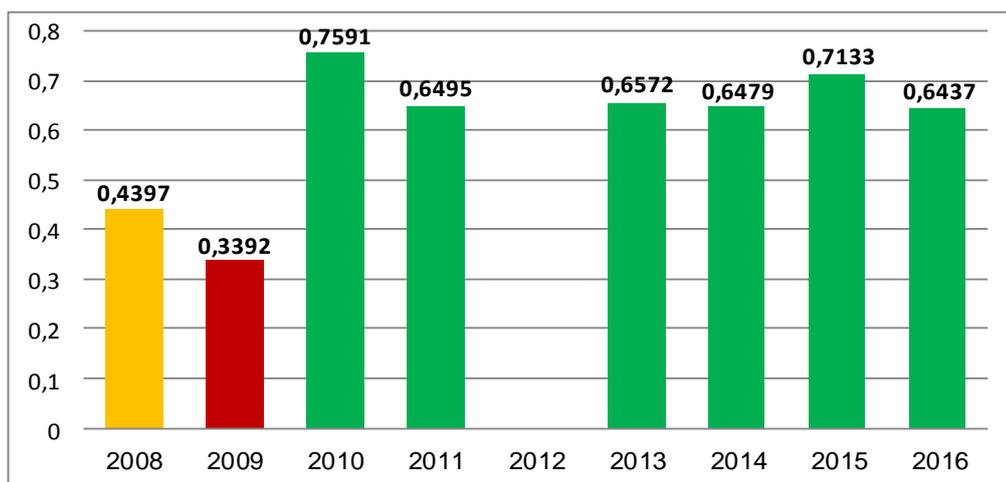
O indicador Liquidez se destaca pela evolução vertiginosa em comparação com o ano de 2008, essa evolução para 1.000 pontos em 2016, pode se verificar que, segundo a IFGF (2015) a prefeitura está deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, evitando qualquer prática de postergação de dívidas anteriores de exercícios financeiros. Um equilíbrio orçamentário é mecanismo de planejamentos futuro eficiente. O Custo da Dívida também é outro indicador que apresentou uma evolução considerável, 0,9305 pontos, fruto de pagamentos de juros e amortizações de empréstimos contraídos em anos anteriores. De acordo com o IFGF (2015), a grandeza da dívida acaba não constituindo um problema para a gestão fiscal da prefeitura, mas os encargos oriundos precisam ser monitorados e podem ser um fator de engessamento do orçamento, assim como as despesas com pessoal.

De modo menos expressivo o indicador Gasto com Pessoal do município representa 0,4871 pontos, redução em relação a 2008, diminuindo as despesas com funcionalismo público. Conforme o IFGF (2015), o gasto com pessoal é imprescindível e se torna o principal elemento da despesa das prefeituras. O comprometimento excedente das receitas do município com esse elemento deve ser evitado, até mesmo devido ao seu caráter estrito, e outras implicações como na redução dos recursos destinados para outros fins. Por isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, 2000) estabeleceu um limite prudencial e um teto para essas despesas: 57% e 60%, respectivamente.

Conforme o Gráfico 3 verifica-se uma evolução anual do IFGF no município de Conceição da Barra a partir de 2010, os dados indicam uma boa gestão fiscal.

Segundo a PMCB (2018) com o novo modelo de gestão pública implantado no município entre os anos de 2008 a 2016, percebe-se uma mudança de cultura e de atos. O intuito é gerir uma gestão fiscal responsável mediante a um cuidadoso planejamento para buscar o equilíbrio das contas públicas cumprindo metas e propostas e principalmente, a transparência dos atos da Administração Pública.

Gráfico 3 – Evolução anual do IFGF de Conceição da Barra entre os anos de 2008 á 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

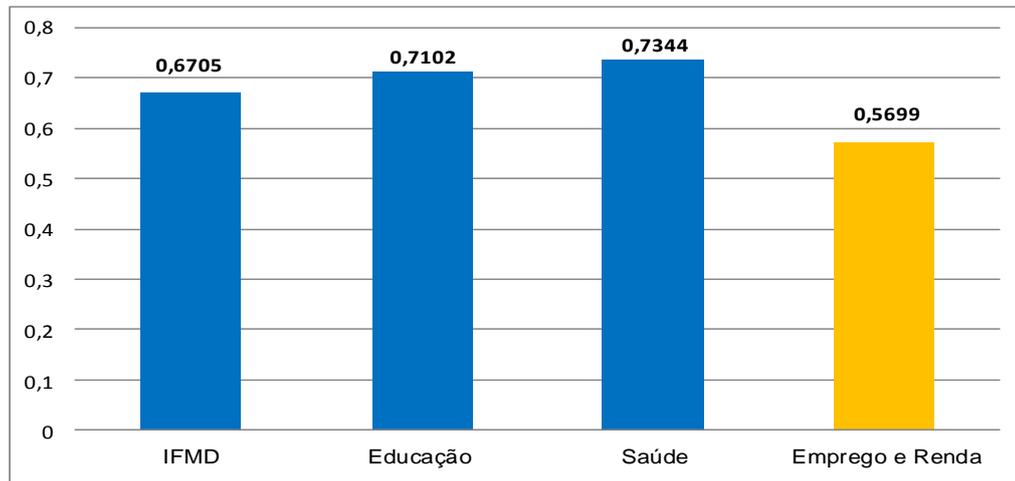
4.2 ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Outro aspecto importante para a análise evolutiva da eficiência na Gestão Pública do município de Conceição da Barra pode ser visualizado no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal-IFDM, onde três áreas foram monitoradas, Emprego e Renda, Educação e Saúde. Segundo o IFDM (2018), para as três áreas, Emprego e Renda, Educação e Saúde, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos pelo prisma da competência municipal: manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda, educação infantil e fundamental e atenção básica em saúde.

Conforme o Gráfico 4 e 5 – o IFDM do município entre os anos de 2008 a 2016 apresentou evolução, de 0.6705 pontos, para 0,7114 pontos, desenvolvimento moderado. A área que mais evoluiu em relação a 2008 foi Saúde com 0.8852 pontos, passando para alto estágio de desenvolvimento, da mesma forma a área Educação apresentou evolução para 0.8472 pontos, também alto estágio de

desenvolvimento. A área Emprego e Renda apresentou uma pequena retração em relação a 2008, com 0.4017 pontos, um desenvolvimento regular, mas chegando ao limite para ser considerado baixo estágio de desenvolvimento.

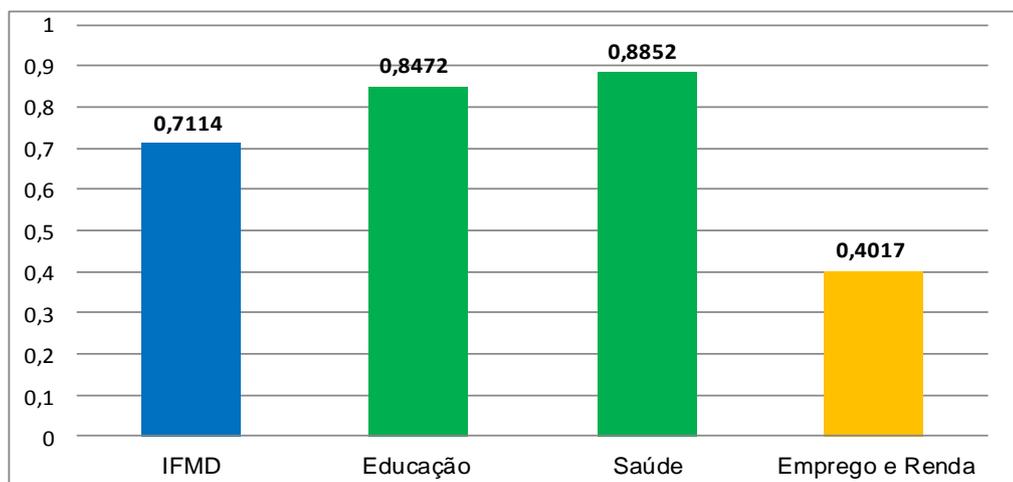
Gráfico 4 - IFDM e áreas de desenvolvimento do Município de Conceição da Barra ano 2008



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

A área educação, segundo o IFDM (2018), em âmbito nacional a meta definida no Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação era até 2016, universalizar a educação infantil na pré-escola e, até 2024, ampliar a oferta de creches para atender, pelo menos, 50% das crianças de até três anos. No entanto, em 2016, o país alcançou apenas 80,4% no atendimento à pré-escola e 27,4% de cobertura à creche.

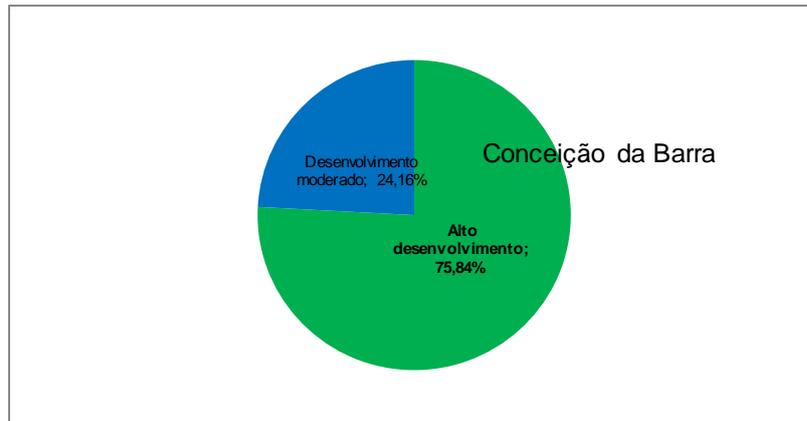
Gráfico 5 - IFDM e áreas de desenvolvimento do Município de Conceição da Barra ano 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

No Gráfico 6 verifica-se um panorama da Região Sudeste da Educação em 2016, dos 1265 municípios, representando 75,84%, Conceição da Barra apresenta um alto desenvolvimento, superior a 0,800 pontos.

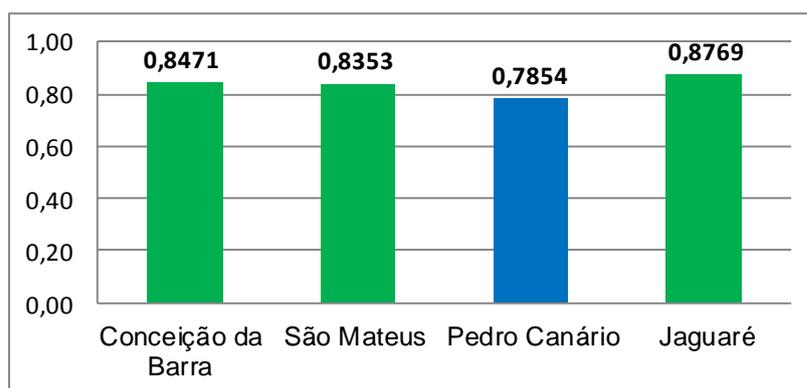
Gráfico 6 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região sudeste em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Em um panorama Estadual Conceição da Barra ocupa 39º no ranking segundo IFDM (2018) Educação, levando em consideração somente os municípios do Norte do Espírito Santo, conforme o Gráfico 7 é o segundo município com alto desenvolvimento 0,8472 pontos.

Gráfico 7 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016



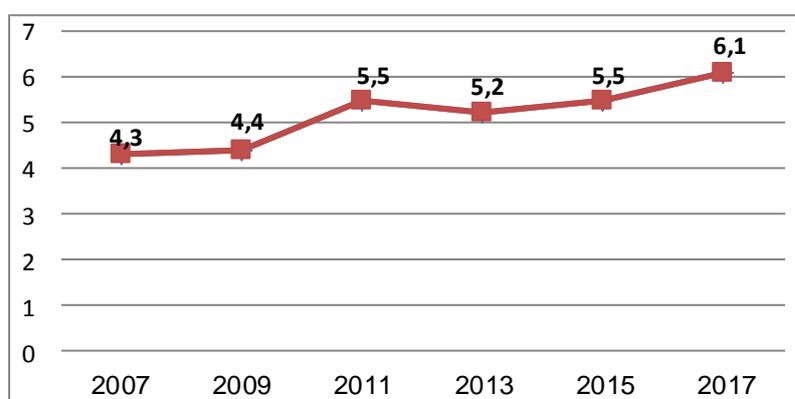
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Além dessas coberturas, o IFDM Educação mede a qualidade da educação no Ensino Fundamental, que é capturada pela nota média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). No município de Conceição da Barra,

conforme o Gráfico 8, apresenta uma evolução do IDEB para o Ensino Fundamental Regular – anos iniciais 1º ao 5º ano entre os anos 2005 a 2017.

Segundo a PMCB (2018) a área Educação foi uma das que mais receberam investimentos nos últimos 08 anos, através da ampliação e reforma de todas as escolas municipais, construção de Centros de Excelência Educacional, efetivação de professores específicos em suas áreas de atuação, programas de capacitação do professor.

Gráfico 8 - Evolução IDEB Ensino Fundamental Regular – anos iniciais 1º ao 5º ano - Conceição da Barra entre os anos 2005 a 2017

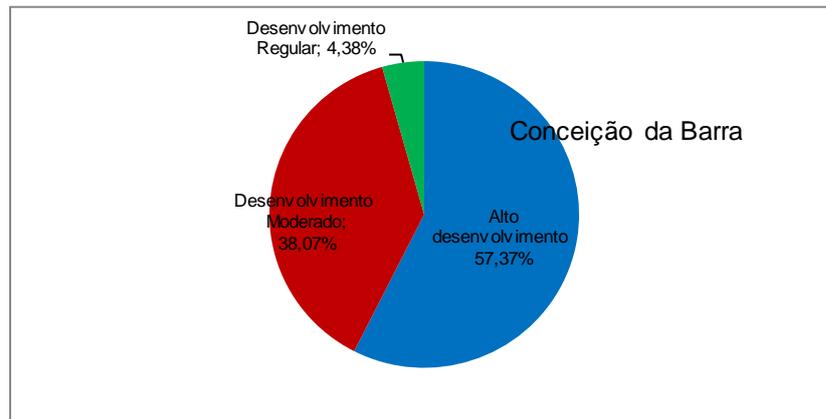


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados INEP (2018)

A área Saúde segundo o IFDM (2018) segue um panorama da Região Sudeste da Educação, verifica-se conforme o Gráfico 9 uma distribuição dos níveis de desenvolvimento em 2016. Segundo o IFDM (2018), Conceição da Barra apresenta um alto desenvolvimento com 957 municípios da Região, representando 57,37%.

Em Conceição da barra, segundo a PMCB (2018), a saúde foi totalmente reformulada, com amplos investimentos onde o município reassumiu a gestão do hospital municipal, modernizando toda estrutura de atendimento médico hospitalar com aquisição de equipamentos de última geração.

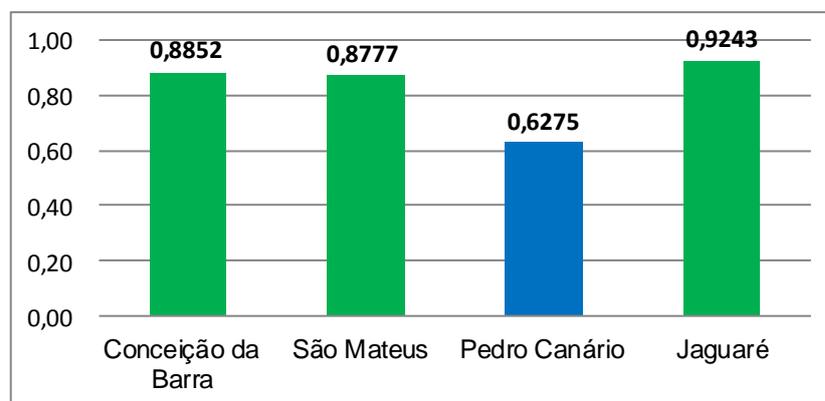
Gráfico 9 - Educação e sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região sudeste em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

No Gráfico 10 verifica-se que Conceição da Barra no contexto os municípios do Norte do Espírito, o IFDM Saúde é o segundo maior com 0,8852 pontos, representando um alto desenvolvimento. Esse índice revela muito sobre a qualidade de saúde pública do município sob o atendimento da população, segundo a PMCB (2018) hoje o hospital Municipal possibilita a realização de cirurgias de média complexidade, partos, atendimentos e agendamento pela Agência Municipal de Agendamento, acorreram à contratação de médicos especializados, além de construção de novas Unidades de Saúde na sede e no interior e reforma de todas as existentes.

Gráfico 10 - Saúde sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016



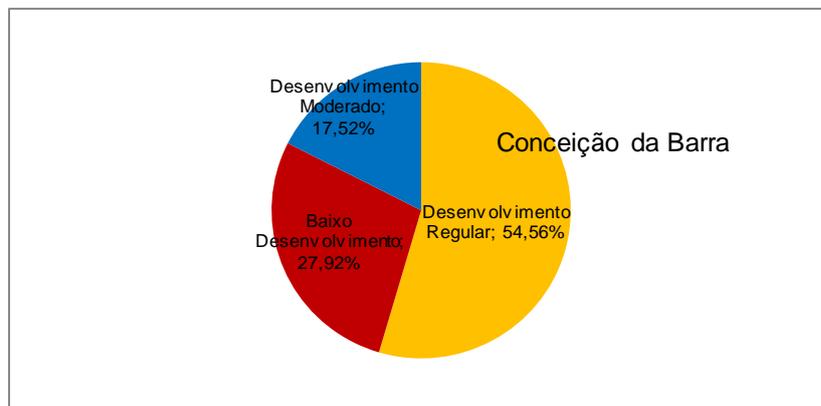
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Dentre as áreas já analisadas acima, o IFDM Emprego e Renda, de Conceição da Barra, possui uma limitada evolução desde 2008. Conforme a IFDM

(2018), o Brasil passou por uma recessão nos últimos anos que influenciou fortemente o mercado de trabalho. Os postos de trabalhos formais foram afetados, em 2015 e 2016, foram dispensados quase 3 milhões de trabalhadores, sendo esse o fator decisivo e pode ter interrompido a trajetória de desenvolvimento socioeconômico do Município.

O IFDM Emprego e Renda em um panorama Regional de distribuição dos níveis de desenvolvimento em 2016, conforme o Gráfico 11 verifica-se segundo o IFDM (2018) que 903 municípios da Região Sudeste possuem um desenvolvimento regular, correspondendo a 54,56%, a parcela de municípios com baixo desenvolvimento é 462 representando 27,92%.

Gráfico 11 - Emprego e Renda e sua distribuição dos níveis da região sudeste em 2016

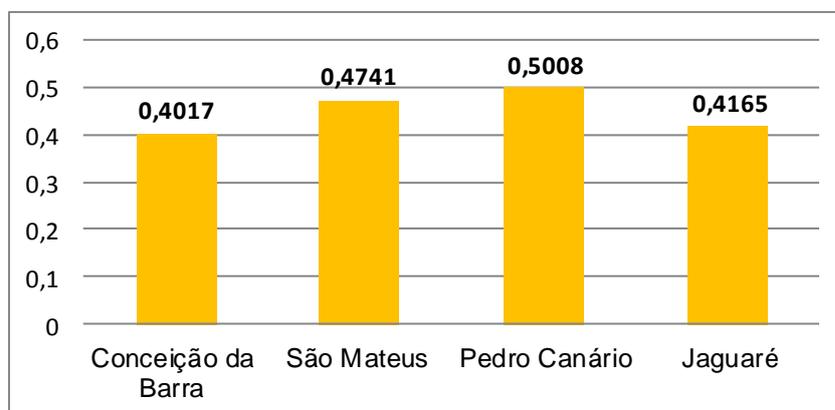


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Segundo a PMCB (2018) um caso específico dado a limitada evolução do índice emprego e renda no município pode em parte ser atribuído à suspensão do funcionamento da Destilaria Itaúnas (Disa). Assim considerando a importância desta vertente Emprego e Renda na administração pública local para o presente e futuro, é que a administração está buscando um novo arranjo de desenvolvimento empresarial.

No Gráfico 12 verifica-se que Conceição da Barra no contexto os Municípios do Norte do Espírito, o IFDM Emprego e Renda apresenta um desenvolvimento regular com 0,4017 pontos, assim como todos os municípios analisados.

Gráfico 12 – Emprego e Renda sua distribuição dos níveis de desenvolvimento da região Norte do Espírito Santo em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Firjan (2018)

Segundo a PMCB (2018), o Município vem passando a limpo para superar essa limitação na evolução Emprego e Renda, dando espaço a iniciativas inovadoras, voltadas a proporcionar condições de estabelecimento de um Pólo Empresarial e Industrial, às margens da Rodovia BR-101, alavancando ainda mais o desenvolvimento do município.

4.3 A IMPORTÂNCIA DOS FATORES LOCACIONAIS DE ATRAÇÃO COMO NOVO CENÁRIO

Com o objetivo de verificar a visão dos dirigentes públicos locais quanto aos fatores locais selecionados a partir das características do Município de Conceição da Barra, realizou-se a aplicação do questionário ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, o Msc. André Luiz Campos Tebaldi.

A entrevista foi realizada no dia 03 de Julho de 2019 pelos autores do trabalho com base no roteiro do (APÊNDICE A). A visão do poder público local é apresentada através das questões fechadas do questionário e citações de pronunciamento do mesmo.

Com base nas respostas do Secretário, foi verificado o Grau de Importância dos Fatores Locacionais quanto à decisão de uma empresa para se instalar no Município de Conceição da Barra.

A Classe do fator Custo de Transporte e os seus fatores associados, verificou-

se o Grau de importância como, Proximidade com Clientes e com Fornecedores, Decisivo - (8) pontos.

O cliente é o personagem mais importante na vida das empresas, por isso segundo Moreira (1996), as empresas devem se localizar próximas as atividades de serviços, aos mercados a que servem, tanto quanto possível, onde existam facilidades de acesso e estacionamento, buscando, ao mesmo tempo, atingir uma grande parcela da população visada.

Já a proximidade com fornecedores, segundo Chopra e Meindl (2004), a rede de cadeia de suprimentos pode ser denominada como decisões sobre instalações de um empreendimento. Essencialmente para o autor é necessário definir o papel de cada instalação nos processos de toda cadeia, posteriormente o lugar, capacidade, os mercados a serem atendidos e as fontes de suprimentos.

Segundo Colmenero e Rodrigues (2019), por meio de um sistema de redes, as empresas pode determinar qual o caminho que mostra o menor custo ou a menor distância até determinado cliente ou fornecedor. O objetivo é melhorar os custos com transporte que arcam até 60% dos custos logísticos e favorecem significativamente para o atendimento do nível de serviço ao cliente.

Ballou (2006) discorre que é possível uma diminuição anual de aproximadamente 5 a 15 % nos custos logísticos, quando se realiza uma reforma no sistema distributivo eficiente e considerando todos os benefícios que o projeto de redes agrega.

Geograficamente Conceição da Barra fica localizada às margens da principal rodovia do País, mais de 25 quilômetros da Rodovia BR-101 passa pelo território, eixo estratégico para instalação de médias e grandes empresas, facilitando a logística de transporte terrestre. Ainda na análise fator proximidade com Clientes e Fornecedores como fator decisivo de instalação industrial, ficam localizados no Município duas das maiores empresas do ramo sucroalcooleiro do Estado (ALCON e DISA), além da operação florestal SUZANO Papel e Celulose. Destaca-se ainda a existência de empresas âncoras como o caso da Fábrica da Marcopolo, fabricando os ônibus Volare. Ainda no setor automobilístico, a menos de 10 quilômetros, encontramos as empresas acessórias Agrale, Tecnovidros e, no ramo de porcelanatos, a Oxford.

O fator Estradas com Boa Pavimentação verificou-se o Grau de Importância, como Importante – (3) pontos. A falta de acessibilidade ou as precárias condições

das estradas podem ser barreiras reais para a escolha de uma indústria e para o desenvolvimento, não só das atividades indústrias, mas agrícolas e comercial. Assim a má qualidade das condições de estradas pode aumentar o custo operacional do transporte de movimentação de produtos e serviços.

Para Graeml (2002, p.7) “acessibilidade é uma evolução do conceito de localização física, em que mais importante que as distâncias envolvidas é a infraestrutura existente para agilizar os processos produtivo e logístico”.

Uma boa infraestrutura em termos de vias, proximidade a empresas de utilidade pública (restaurantes, bancos, papelarias, farmácias, entre outros), e serviços públicos (correio, hospital, escolas), torna-se mais ágil a realização de algumas atividades de trabalho.

Fator locacional com grau de importância com baixa pontuação - (2) pontos, e julgado como Útil, associado ao Custo de Transporte foi à proximidade com Aeroportos. Outra análise feita desse fator para o Município é a chegada aos aeroportos mais próximos como Teixeira de Freitas (145 km), Vitória (230 km), Linhares (100 km) e São Mateus (40 km), esses últimos operando apenas voos com aviões de pequeno porte particulares.

Por último ao verificar os fatores locais como proximidade com Ferrovias e Portos, medindo o seu Grau de Importância com relação a Custos de Transporte, apontou Indiferente – (2) pontos. A baixa pontuação em relação aos outros fatores tem relação direta com as características de transporte do Município, onde não apresenta malha ferroviária e portos, apesar desses fatores serem relevantes à escolha de localização industrial.

Para a Classe de Fatores Custos Operacional, relacionada ao Grau de Importância, verificou-se Importante – (9) pontos para os fatores Disponibilidade de Mão de Obra, Nível de Instrução e Faixa Salarial.

A Disponibilidade de Mão de Obra segundo Melnick (1978), as indústrias tendem a localizar-se próximo aos centros de maior disponibilidade ou de menor custo de mão-de-obra, quando se caracterizam por utilizar alta porcentagem da mesma na produção, assim para o autor deve-se investigar a disponibilidade dos diversos tipos de mão-de-obra em várias localizações.

O fator Faixa Salarial de uma população e a existência de mão-de-obra é um fator importante na escolha locacional, sua natureza refere da força de trabalho disponível quanto aos custos solicitados na sua contratação. Sob a natureza mão-

de-obra, desacatam-se fatores como nível de escolarização formal e de treinamento adicional, a distribuição etária e por gênero e os valores culturais. No que se refere aos custos, a localização próxima a grandes centros urbanos determina salários mais elevados relativamente a áreas mais afastadas (ALVES, 2003).

A Classe de Fatores Tecnologia, Conhecimento e Capital Humano ao ser julgado quanto ao Grau de Importância, verificou-se Importante – (6) pontos para Mão de Obra Qualificada e Tecnologia Disponível.

Para Júnior (2002) a mão-de-obra qualificada é um fator importante, tendo em vista que alguns cargos demandam de pessoal mais qualificado, de nível superior, nas áreas de gerência, logística, química, nutrição, marketing, entre outras, e de nível secundário, para manuseio de equipamentos e atendimento ao consumidor. Quando existe uma baixa qualificação profissional as empresas passam a adotar o bom senso e não o conhecimento técnico, como deveria ser.

Já o Fator Centro de pesquisa quando verificado o seu Grau de importância foi Útil – (2). A Influência da produção de conhecimentos para a decisão de localização, de uma indústria é benéfico uma vez que são instituições provedoras de recursos humanos qualificados, tanto para empresas residentes quanto para as não-residentes.

Em Conceição da Barra, a disponibilidade de mão de Obra e barata e, ao mesmo tempo, de qualidade em virtude da existência centros de pesquisas como do Pólo da Universidade Aberta do Brasil e proximidade com o Pólo Universitário Norte da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Instituto Federal (IFES), em média 40 Km, além das unidades do SENAI e SENAC existentes em município vizinho. Ainda para fins de qualificação específica, Conceição da Barra dispõe de duas estruturas que fazem parte do Programa de Qualificação Profissional do Município realizado pela Secretaria de Assistência Social, as estruturas existentes estão à disposição do empresariado para qualificação específica na área necessária.

A Classe de Fatores Ambiente ao ser julgado quanto ao Grau de Importância, verificou-se Útil – (2) pontos para Proximidade Grande Centro e Grau de importância Indiferente – (1) para Clima.

A proximidade de um Grande Centro segundo Kon (1994), faz com que grande parte da produção industrial se destina à região onde se concentra um enorme contingente populacional. Esse contingente populacional deve regular o mercado de produtos de indústrias produtoras de bens intermediários como, por exemplo, o

açúcar, utilizado para produção de outros doces, o aço na produção máquinas e automóveis, o plástico na produção de outros utensílios e assim por diante.

A área destinada para implantação do Polo Industrial e Empresarial de Conceição da Barra localiza-se aproximadamente com o centro urbano da sede do Município, aproximadamente 23 km, e com São Mateus, 30 km. De uma forma geral, essa aproximação tende a ligar mercados, podendo se integrar num conjunto empresarial e se espalhar pelo território.

O fator Clima (tempo) em um estudo locacional industrial também deve ser levado em consideração, apesar de ser um fator de pouca relevância de decisão. Nos últimos anos as variações climáticas se tornaram amplamente discutidas, em diferentes setores, é preciso se atentar em relação às modificações que acontecem em entorno dos ambientes.

Por exemplo, mudanças no período histórico de chuvas ou na pluviometria que podem alterar a disponibilidade de água. Segundo Kon (1994), a disponibilidade e a qualidade da água para o uso industrial, nos volumes necessários para determinados tipos de indústrias, representam fator de gradual importância e que não pode ser ignorado. Assim o consumo de água por unidade produzida possibilitará medir a importância deste fator na localização de uma planta industrial.

A Classe de Fatores Vantagens de Implementação ao ser julgado quanto ao Grau de Importância, verificou-se Importante – (9) pontos para Ambiente Sindical Saudável, Infraestrutura Disponível e Existência de Distrito Industrial, e Grau de Importância Decisivo - (4) pontos, para Incentivos Fiscais.

O fator Ambiente Sindical Saudável como estudo de fator locacional tem contribuído de maneira importante para os diálogos entre trabalhador/empregador. As Indústrias devem buscar regiões onde as ações dos sindicatos estabeleçam equilíbrio das relações entre capital e trabalho envolvendo regras que ordenam a ligação entre trabalhadores e empresários, com função de regulamentar o trabalho e administrar os conflitos oriundos do encontro destas duas forças (MATOS, 2011).

Já o fator Infraestrutura Disponível, cada fábrica possui necessidades específicas quanto a acessos rodoviários, ligações ferroviárias, necessidades de alimentação elétrica de alta tensão, comunicação, abastecimento de água e gás.

Os serviços públicos também são relevantes nessa análise locacional, entre esses serviços disponíveis destaca-se a infraestrutura urbana de esgoto sanitário, energia elétrica, linhas telefônicas, coleta de lixo, transportes coletivos, ensino e

saúde para as famílias que fornecerão a mão-de-obra, e suprimento de água potável (KON, 1994).

Segundo a PMCB (2018), há proximidade de rede elétrica de alta Tensão e Usina Produtora de Energia (ALCON) localizada a menos de 10 km, rede de fibra ótica nas proximidades das áreas do Polo Industrial e Empresarial e existência de um City Gate do gasoduto Cacimbas nas proximidades das áreas. A Infraestrutura do Município foi toda replanejada sendo realizado o maior investimento da história de Conceição da Barra, foram mais de 65 quilômetros de ruas e avenidas totalmente urbanizadas com calçamento e drenagem pluvial, aumentando a autoestima da população e a valorização do patrimônio privado e público.

O fator Existência de Distrito Industrial, segundo Ramos (2000, p. 57) “é frequentemente mencionada nos fatores mais importantes de localização”. A Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES (2017), diz que estas áreas são planejadas e organizadas pelas prefeituras municipais, e deve dispor de toda a infraestrutura necessária à instalação industrial, sejam estas de micro, pequeno, médio ou grande porte. Municípios com Distrito Industrial implementado em seu território, possuem maior chance de atrair indústrias.

A área destinada para implantação do Polo Empresarial e Industrial de Conceição da Barra localiza-se à margem da Rodovia BR-101, com área aproximada de 1.330.153,00 metros quadrados ou 133 hectares, todas as áreas estão representadas na subsecção 3.4.3.

O fator Incentivo Fiscal segundo Kon (1994) em determinadas regiões a política governamental pode utilizar incentivos fiscais, subsídios, cessão de terrenos ou a facilidade de acesso ao crédito como fatores de atração para instalação industrial no sentido de compensarem as carências regionais.

Para Azzoni (1975) o fator Incentivo Fiscal em seu estudo é apresentado como “Incentivo Municipal”, considerando apenas os instrumentos criados por lei, com o objetivo claro de facilitar a instalação de novas indústrias no município. O autor ainda considera que pode haver outras formas de se atrair indústrias, como por exemplo, proposta de serviços municipais de alto nível (água, esgoto, policiamento, etc.).

O Município de Conceição da Barra dispõe através da Lei N°. 2.830, de 27 de Dezembro de 2018, a Política Municipal de Incentivos Fiscais e Econômicos, documento em ANEXO (A). Pode-se também destacar a Lei Complementar N°. 053,

de 01 de Março de 2019, sobre a Instituição das Taxas devidas para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos, Atividades e/ou Serviços considerados efetivas ou potencialmente poluidores e/ou degradadora do meio ambiente no município de Conceição da Barra.

Segundo a PMCB (2018) o Município é prioritário e esta localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por isso dispõem de Recursos de Financiamento do Banco do Nordeste em até 95% do valor do investimento financiado pela Linha Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a juros de 9,5% ao ano com até 04 anos de carência e 08 para pagar, totalizando 12 anos. Também a Redução de 75% de Imposto de Renda, por estar na Região da SUDENE; e os 25% a pagar retorna 30% em incentivos para reinvestimentos da própria empresa.

O Município faz parte do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo – (INVEST-ES), que é um programa que visa contribuir para a expansão, modernização e diversificação das Indústrias instaladas no Espírito Santo, dentro da cadeia produtiva, as indústrias adquirem insumos com alíquota zero e vende para quem tem INVEST/ES com alíquota zero a título de ICMS, e outros benefícios relevantes (PMCB, 2018).

Também há Incentivos municipais para o investidor, como redução da taxa tributária como IPTU/ISS/ITBI, através de Lei específica em fase de criação, onde inclui disponibilidade de áreas para instalação do Polo Industrial e Empresarial. Outra vantagem para o investidor é a estruturação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para que os procedimentos de licenciamento ambiental de impacto local conforme determinam a Lei Complementar 140, ganhe celeridade e priorização aos processos (PMCB, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A análise da localização industrial serve de instrumento para orientar uma iniciativa empresarial. A escolha da localização de uma empresa é um dos fatores que levará ao êxito ou insucesso de um empreendimento.

Para a implantação de um projeto industrial é necessária a existência de aspectos imprescindíveis de infraestrutura, tais como: energia elétrica, água e esgoto, serviços telefônicos na área, vias de acesso ao local de produção, bem como pontos de escoamento de produção e também algumas outras formas de gerar economias de escala na implantação industrial. Estas facilidades já devem existir na região, para que os empresários sintam-se incentivados a explorar suas atividades econômicas na região.

A Análise dos fatores associados a cada classe de fator da pesquisa proposta nesse trabalho identificou nas correlações de modo geral, a Proximidade com Cliente, com Fornecedores e Incentivo Fiscal, são os fatores Decisivo para implantação de um empreendimento no Município. Percebeu-se que outros fatores também foram considerados Importantes para a decisão locacional das empresas em Conceição da Barra, como: Estradas com Boa Pavimentação, Disponibilidade de Mão-de-Obra, Nível de Instrução, Faixa Salarial, Mão-de-Obra Qualificada, Tecnologia Disponível, Ambiente Sindical Saudável, Infraestrutura Disponível e Existência de Distrito Industrial.

Dos fatores locacionais mencionados o mais visível foi sem dúvida o incentivo fiscal, hoje o Município dispõe de uma Política Municipal de Incentivos Fiscais e Econômica, a Lei Nº. 2.830, de 27 de Dezembro de 2018.

Um novo arranjo de gestão pública vem sendo implantado em Conceição da Barra, trazendo crescimento econômico e desenvolvimento humano. Em nível nacional o Município está localizado em região estratégica. A área destinada para implantação do Pólo Empresarial de Conceição da Barra localiza-se à margem da Rodovia BR-101, com uma área aproximada de 1.330.153,00 metros quadrados ou 133 hectares e apresenta alguns diferenciais de competitividade com Municípios vizinhos além de fatores positivos.

A análise do IFGF revela que o Município de Conceição da Barra obteve um grande salto de período evolutivo entre 2008 a 2016, de uma Gestão em Dificuldade

0.4397 pontos, para uma Boa Gestão (0.6437) pontos. Concluiu-se que evoluções dos indicadores Investimento, Liquidez e Custos da Dívida e Diminuição com Gastos com Pessoal contribuirão. Principalmente os índices Investimento e Liquidez que em 2016 possui o maior índice do Estado do Espírito Santo.

Esses fatores positivos têm influenciado na evolução dos índices de Desenvolvimento Municipal – IFDM, em especial Educação e Saúde, com evolução entre os anos de 2008 a 2016, de Desenvolvimento Moderado para Alto Desenvolvimento.

A dimensão Emprego e Renda do Município obteve uma pequena retração entre 2008 a 2016 apresentou um Desenvolvimento Regular no IFDM, isso reforça as limitações que o poder público de Conceição da Barra tem em direcionar recursos públicos a fim de fomentar a economia local, sendo confirmado com as baixas taxas de empregos formais per capita.

Em linhas gerais, conclui-se que este estudo contribui para as relações a Engenharia de Produção e a administração pública. Dessa forma, a Engenharia de Produção tem espaço para ter seus métodos e ferramentas utilizados nos órgãos públicos nos dias de hoje, principalmente nos aspectos ligados ao planejamento e gestão governamentais, em especial depois da recente disseminação dos princípios e da filosofia da Nova Gestão Pública.

Além disso, o estudo busca preencher uma lacuna na literatura no que se refere a carência desses estudos na região norte do Espírito Santo. Sugere-se para pesquisas futuras uma análise de segmentos indústrias para o Município de Conceição da Barra, revelando os ramos de empresas indústrias a partir da demanda de um público consumidor com as características do município.

Ainda, encoraja-se o aprofundamento nas investigações acerca dos fatores determinantes do desenvolvimento Municipal.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**. v. 4, n.2, abr.-jun. 2000.
- ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 37, n. 5, set.-out. 2003.
- ARAÚJO, A. L. **Lei de responsabilidade fiscal e seus reflexos na contabilidade pública**. RBDGP, Pombal, v. 1, n. 1, p.56-61, 2013.
- ATAIDE, P. A. B. **Avaliação de resultados: a experiência do Governo Federal**. In: São Paulo: Fundap, 2005.
- BEDUSCHI F. L. C.; ABRAMOVAY, R. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 25.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 82, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 20 set. 2018.
- BOWERSOX, D. J. **Logistical Management - A Systems Integration of Physical Distribution Management and Materials Management**. 2 ed. EUA: Macmillan, 1978.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logistical Management - The Integrated Supply Chain Process**. 1. ed.. Mc Graw Hill, 1996.
- BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BUARQUE, C. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001
- CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra- estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p
- CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Salvador: UFBA, 2002. 25 f. Disponível em:

<http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{154AA74B-1E28-4D28-8AD7-BE98567026BE}_Producao_Teorica_.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

COSTA, M. A. N. **Samba e solidariedade: capital social e parcerias na favela da Mangueira**. In: Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética y Desarrollo. Disponível em: <www.iadb.org/Etica/Documentos/par_nun_samba-p.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COMISSÃO. **Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação**. São Paulo: Pearson, 2004

DINIZ, C. C. **Global-local: interdependências e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2000. 29 f. Disponível em <<http://www.federativo.bndes.gov.br/conhecimento/notatec/ntec09.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

DUNLEAVY, P. et al. **New Public Management is dead – long live Digital Era Governance**. Journal of Public Administration Research and Theory Advance Access, n. 16, p. 467-494, 2005.

DURÃO, P. Alcance da lei de responsabilidade fiscal nos convênios para gestores públicos e contabilistas. **Revista de Direito Aplicado - Redap**, Salvador, v. 4, p.0-0, 2012.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.12, n.34, p. 121-159, set/out 1998.

EVANS, Peter. **Embedded autonomy: states and industrial transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTALL, R. C.; BUCHANAN, R. O. **Atividade industrial e geografia econômica**. Tradução Christiano Monteiro Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 238 p. (Coleção a terra e o homem). Tradução de: Industrial activity and economic geography, 1961.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002

FURTADO, C. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FUKUYAMA, F. **Capital social e sociedade civil**. In: CONFERÊNCIA SOBRE REFORMAS DE SEGUNDA GERAÇÃO DO FMI, 2., 1999. Acessado em: <www.portalsociologia.hpg.ig.com.br/fukuyama.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019, 49 p

FLEURY, S. Construcción de ciudadanía en entornos de desigualdad. **Revista Instituciones y Desarrollo**. Barcelona, n. 16, p. 133-170, 2004.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A.; TAFFAREL, M. O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira municipal: um estudo com os municípios do paraná. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Campo Largo, v. 10, n. 1, p.64-83, maio 2011

HIGGINS, M. C. E. **Reconceptualizing mentoring at work: a developmental network perspective**. *Academy of Management Review*, v. 26, n  2, 1988. p. 264-288.

HOOVER, E. M. **The location of economic activity**. New York: McGraw- Hill, 1948. 310 p.

KALIFE, M. A. Administração pública: lei de responsabilidade fiscal e a controladoria. **Revista Eletrônica de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis UFSM**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, 2004.

KELLES, M. F. 10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: da idealidade   efetividade. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Minas Gerais, v. 75, n. 2, 2010.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo: Ed. Nobel. 1994. p.212.

LAMBERT, D. M. e STOCK J. R.. **Strategic Logistic Management**. 3aed. EUA: Richard D. Irwin, 1992.

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza: Imp. Universitária, 1983. 184p.

LEME, R. A. S. **Localização da indústria**. In: AZZONI, Carlos Roberto (Org.). Onde produzir?: aplicações da teoria da localização no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1985. p. 4-46.

L SCH, A. **Teoria econômica espacial**. Tradução Guillermo H. Arnold e Freerk Cassens. Buenos Aires: El Ateneo, 1957. 535 p. (Sección: economía política). Tradução de: Die r umliche ordnung der wirtschaft, 1957.

MARGETTS, H. **Public management change and e-government: the emergence of digital-era governance**. In: CHADWICK, A.; HOPWARD, P. N. (Orgs.). *Routledge handbook of Internet politics*. Abingdon: Routledge, 2009.

MARINI, C.; MARTINS, H. **Melhorando a Gestão Pública**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Programa de Apoio   Modernização da Gestão e dos Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, 2002.

MACROPLAN. **A nova gestão pública: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: 2005.

MATOS, L. L. **O papel dos sindicatos diante da importância do diálogo social frente aos impactos no mundo do trabalho**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 12, no 752. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/2284/o-papel-sindicatos-diante-importancia-dialogo-social-frente-aos-impactos-mundo-trabalho>> Acesso em: 6 jul. 2019.

MELO NETO, F. P; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MEYER-STAMER, J. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. Policy paper, [s.l.], n. 28, 26 f., set. 2001. Disponível em: <<http://www.meyer-stamer.de/2001/pp28.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1996

MOURA, M. S. et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 609-626, jul-ago. 2002.

MOTA, F. O. **Manual de localização industrial: tentativa de adequação da teoria à realidade**. 2. ed. Fortaleza: BNB-ETENE, 1968. 223 p.

ORTOLANI, F. **Políticas públicas e capital social: o caso dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

OSBORNE, S. P. **The New Public Governance?** Abingdon: Routledge, 2010.

PASSADOR, C. S. **O projeto escola do campo (1990-2002) do estado do Paraná: capital social, redes e agricultura familiar nas políticas públicas**. 2003. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PACHECO, S. O. **Planejamento estratégico na gestão pública: o caso do Governo do Estado do Rio de Janeiro**. 2008. Monografia (Conclusão de curso) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PERROUX, F. **Nota sobre o conceito de pólo de crescimento**, 1955. In: Perroux, F. et alli. A planificação e os pólos de desenvolvimento. Cadernos de teoria e conhecimento, n.6.Porto: Edições Rés Ltda., 1975.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Moraes, 1967, 755p.

PELICIOLI, A. C. A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 37, n. 146, p.109-117, 2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

POLLITT, C. **The new managerialism and the public services: Angloamerican experience**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano e IDH, 2006**. Produzido pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em 02 jul. 2019

PMCB. **Conceição da Barra, o desenvolvimento do Espírito Santo passa por aqui**. Conceição da Barra. p, 27, 2018.

RODRÍGUEZ, M. P. **Gestão social do território: Experiências no Estado do Maranhão**. Brasília: IICA, 2005

SILVA, D. R; BONACIM, C. A. G. **A Influência da Lei De Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo a Percepção De. Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.148-168, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SILVA, S. M. et al. Dez anos de responsabilidade fiscal: um estudo da evolução da dívida pública da prefeitura de recife. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 4, n. 2, p.1-17, 2012.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 231 p.

THÜNEN, J. H. **The isolated state**. Oxford: Pergamon, 1966. Tradução de: Der insolirte staat in beziehung auf landwirthschaft und nationalökonomie, oder untersuchungen über den einfluss, den die getreidepreise, der reichthum des bodens und die abgaben auf den ackerbau ausüben, v. 1.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local: Una estrategia de creación de empleo**. Madrid: Pirámide, 1988.

VEIGA, J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 181 p.

WEBER, A. **Theory of the location of industries**. Tradução Carl J. Friedrich. Chicago: The University of Chicago Press, 1969. 256 p. Tradução de: Über den standort der industrie, 1909.

ZAPATA, T. et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. In: SILVEIRA, C.; REIS, L. C. (org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias** Rio de Janeiro: Ritz, 2001, p. 115-128.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS DIRIGENTES PODER PÚBLICO LOCAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Considerando os fatores de localização abaixo relacionados indique os que, na sua visão, são importantes na decisão de uma empresa para se instalar em Conceição da Barra ES.

CLASSE DE FATOR	FATORES LOCACIONAIS ASSOCIADOS	DECISIVO (4)	IMPORTANTE (3)	ÚTIL (2)	INDIFERENTE (1)
1- Custos de Transporte (distância)	1.1 PROXIMIDADE COM CLIENTES				
	1.2 PROXIMIDADE COM FORNECEDORES				
	1.3 PROXIMIDADE COM FERROVIAS				
	1.4 PROXIMIDADE COM PORTOS				
	1.5 PROXIMIDADE COM AEROPORTOS				
	1.6 ESTRADAS COM BOA PAVIMENTAÇÃO				
2- Custos Operacionais	2.1 DISPONIBILIDADES DE MÃO-DE-OBRA				
	2.2 NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
	2.3 FAIXA SALARIAL				
3- Tecnologia, Conhecimento e Capital Humano	3.1 MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA				
	3.2 TECNOLOGIA DISPONÍVEL				
	3.3 CENTROS DE PESQUISA				
4- Ambiente	4.1 GRANDE CENTRO (PROXIMIDADE)				
	4.2 CLIMA (TEMPO)				

5 – Vantagens de Implementação	5.1 AMBIENTE SINDICAL SAUDÁVEL				
	5.2 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL				
	5.3 EXISTÊNCIA DE DISTRITO INDUSTRIAL				
	5.4 INCENTIVOS FISCAIS				

APENDICE (B) – ENTREVISTA COM SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CONCEIÇÃO DA BARRA ES

1 - Qual é a sua visão atual do setor industrial e empresarial do Município de Conceição da Barra?

Fazendo uma análise básica, uma análise rustica, a gente percebe que o panorama atual até por alguns indicadores em resposta do setor empresarial e industrial que há duas respostas que analisamos desse setor que são: geração de emprego e renda e aumento de receita, porque a parte do lucro essa é uma análise da própria empresa, o município não vai analisar se está dando lucro ou prejuízo.

O município quer saber se está gerando emprego e renda, se essa movimentando a economia de forma indireta e se ela está gerando receitas para o município através de impostos, taxas, etc. então atualmente com o fechamento da Disa nós temos um cenário pode se dizer caótico ao longo dos últimos 10 anos fazendo uma reflexão sobre os índices de desenvolvimento municipal dados base Firjam parte emprego e renda não cresceu mas também chegou a regredir em determinado período de tempo, analisando friamente reflexo atribuímos a dois principais responsáveis: fechamento da Disa e o fato do nosso modelo de gestão público municipal forçar com que os servidores trabalhem mais com número menor de funcionários. Isso também tem um reflexo direto proveniente da redução da receita.

Então o setor industrial e empresarial vem ao longo dos anos, não sei se posso dizer, contribuindo menos com a receita, mas não vem reagindo positivamente, não vem crescendo o gráfico ficou instável ao longo dos anos fazendo com que o município fizesse que para garantir o investimento que vem sendo feito a ordem de 15% da corrente líquida anual o município está tendo que enxugar na folha de pagamento para manter o investimento na ordem da linha de responsabilidade fiscal.

Nessa questão do panorama então se as empresas principalmente, a Disa que fechou e o município se retraiu na receita corrente líquida, pra não ferir os índices da lei de responsabilidade fiscal o município teve também que reduzir sua folha de pagamento que tinha no início desta gestão 2400 pessoas trabalhando, hoje

nós trabalhamos com a média de 1600 então o município também contribuiu com o índice de desemprego que é fruto do resultado do panorama ruim que nós temos no setor empresarial que nada mais é também observando rapidamente que um reflexo do panorama nacional o município hoje retém também esses indicativos, queda de receita elevado índice de desemprego proveniente dessa onda a nível federal atingiu o estado e afetou diretamente os municípios, porque tudo acontece no município, as indústrias estão instaladas no município só que a maior parte da receita não fica nos municípios a maior parte vai para o governo federal e estadual e a menor parte vem para o município.

Analisando friamente o cenário atual começamos a traçar metas de futuro para nosso setor no nosso território dentre elas fizemos um mapeamento de áreas propícias para fim de implantação de empresas e indústrias lê se nesse contexto empresas de atividades econômicas de baixo potencial de impacto ambiental incomodo, atividades de impacto mais significativos e incomodo também a sociedade maior que é proveniente do impacto ambiental então nessas análises que fizemos para o futuro de áreas empresariais e de áreas que tem potencial para indústria maior impacto e para empresa com impacto menor mais controlado mais reduzido que as empresas menores.

Paralelo a essas análises até mesmo vai de encontro com a questão educacional então paralelo de análise de alternativa locacional x grau de impacto ambiental e de potencial de impacto de cada tipo de empreendimento foi publicado também uma lei que cria a lei de incentivos econômicos e fiscais para novos empreendimentos e empreendimentos já instalados que queiram se ampliar isso vai de encontro com o que o município pode contribuir também com a alternativa locacional e a proposta de atrativos em área da Sudene tem incentivo diferenciado de redução de imposto de renda pra empresas entre outros incentivos por ser área da Sudene a nível federal, a nível estadual o governo tem alguns programas de incentivo e para validar mais essa nossa necessidade o município criou a lei de incentivo fiscal econômico para atrair novos investimentos ainda nesse contexto para facilitar a vinda de empresas solidas empresas serias responsáveis com o desenvolvimento sustentável o município está com uma estrutura praticamente apta a iniciar no próximo ano as atividades de licenciamento ambiental atividades de impacto local será licenciadas pelo próprio município.

Então a lei de taxa já está aprovada pela câmara agora finalizando cinco decretos que irão estabelecer todo mecanismo do licenciamento ambiental do município de conceição da barra. Analisando as áreas aptas a implantação de polo empresarial industrial estamos com um discurso com debate bem avançado com algumas áreas públicas estadual municipal e outras privadas com tudo encontra se em discursão sobre a forma de parceria pública e privada ou desapropriação das áreas para que o municio possa não só dar incentivo fiscal mas conceder o território a área necessária para determinados empreendimentos que sejam de interesse público havendo tanto interesse privado com investimento quanto interesse público local de gerar emprego e renda pensamos um pouco mais para o futuro não estamos de olho no cofre das empresas que viram ou seja não estamos interessados nesse momento na parte tributária das empresas que vão se instalar mas sim no giro econômico no aquecimento da economia local a partir do emprego e renda que novos empreendimentos surgirão.

A cada 10 pessoas empregadas a mais que tenho 10 pessoas comprando no supermercado, gente comprando na farmácia com poder de reforma para sua casa poder de compra de terreno para construir comprando mais na padaria nas lojas o comercio menor se sustente e dívida melhor a renda através das oportunidades de emprego então se tiver empresas que estão gerando emprego gerando renda para as pessoas a tendência da economia local e ela de certa forma ter um aquecimento melhor, ter uma estabilidade melhor se manter a médio e longo prazo até porque nós estamos projetando da captação das empresas de diversificação da matriz econômica então ao invés de ter somente uma Disa eu quero ter umas 10 empresas diferentes que cada uma gere 15 empregos, que cada uma gere 150 empregos, pois se uma quebrar ainda vou ter 9 empresas pra sustentar a economia local, se eu tiver uma Disa quando ela quebrou ela mandou diretamente 1500 pessoas embora. É um impacto muito grande incontornável pelo poder público.

O poder público local não tem como suportar ou contornar sozinho esses impactos provenientes dessas 1500 pessoas desempregadas diretamente foram aqueles que outros que forneciam serviços oficina mecânica, forneciam alimentação, transporte que também foram afetados mas no contexto empresarial eles são indiretos a relação de contrato empregado empregador.

No pacote que a gente vem implantando vem a parte de formação de mão de obra nos constatamos que temos muita mão de obra ociosa no município porém essa mão de obra não é qualificada para determinadas atividades nossa secretaria de assistência social tem um programa com recursos com um fundo já garantido anualmente o Funcob, que esse recurso é garantido para a formação de mão de obra de acordo com a demanda dessas empresas que queiram se instalar.

Se você quer vir para conceição da barra hoje você tem um cenário favorável, você tem um município com uma grande austeridade na gestão, um índice na gestão fiscal econômica própria da gestão disparando na ponta comparando os outros 78 municípios e está muito bem avaliado pelo tribunal de contas do estado com contas do município em dia, fornecedores da administração pública que a prefeitura contrata todos com salários e pagamento em dia, a roda está girando.

Temos condições de dar hoje pensando em um futuro mais prospero com segurança jurídica, uma segurança de que o investidor vai colocar seu dinheiro e o município que tem hoje uma visão de futuro muito bem organizada e consegue ver do outro lado do muro onde quer chegar não é aquela historiar, que só sei comer arroz e feijão queremos algo mais, queremos nutrir a nossa sociedade de novas empresas novas oportunidades de renda mas sempre pensando na responsabilidade do desenvolvimento sustentável econômico para a empresa, para o município socialmente justo para atender a sociedade de forma geral e ambientalmente correto, até porque faz parte da meta da secretaria nós não queremos empresas que venham pra cá só pra jogar alguma contaminação ou resíduo não passa hoje na nossa ideia por exemplo em ter aqui um grande porto como todo o resto do estado trabalha.

A grande indústria do município é o turismo, a sede do município, nós queremos que sede do município seja uma cidade dormitório para dirigentes de grandes empresas que se instalam no nosso território mas que tenha medida de controle ambiental adequada para cada tipo de empreendimento.

ANEXO (A) - POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICA, A
LEI Nº. 2.830, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 2.830, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.

Prefeitura de Conceição da Barra – ES
Gabinete do Prefeito
Publicado no <u>mural P.M.C.B.</u>
Em <u>28 / 12 / 18</u>
Matricula do Servidor: <u>10503</u>
<u>Aringues</u> Assinatura

**“DISPÕE SOBRE A POLITICA MUNICIPAL DE
INCENTIVOS FISCAIS E ECONOMICOS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,
FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Município de Conceição da Barra poderá conceder, a requerimento da parte interessada, mediante pronunciamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) e por decreto, incentivos fiscais e econômicos às novas empresas industriais, comerciais, agroindustriais, tecnológicas e prestadoras de serviço, bem como àquelas já estabelecidas e funcionando que ampliem de forma expressiva sua produção ou serviços, com aumento de faturamento, ou com proposta de ampliação que gere novos empregos, inclusive a introdução de tecnologias inovadoras no Município.

§ 1º A concessão de incentivos fiscais e econômicos pelo Município de Conceição da Barra respeitará os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º Não terão direito aos benefícios desta lei as empresas que, a qualquer tempo, tenham sido beneficiadas com incentivos fiscais e econômicos do Município e não tenham atendido aos propósitos que justificaram a concessão dos mesmos ou que tenham sofrido condenação transitada em julgado em ação civil por improbidade administrativa que tenha recebido proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, econômicos ou creditícios.

§ 3º Os incentivos fiscais e econômicos, previstos nesta Lei, poderão ser concedidos, cumulativamente ou não, às entidades previstas no “caput”, desde que proporcionem incremento de empregos ou impostos, porém o incentivo referente à ISS será deferido somente uma vez para cada empresa, não podendo usufruir o benefício cumulativamente.

§ 4º Estão excluídos dos benefícios referentes à redução de ISS as empresas que ingressaram no Simples Nacional.

§ 5º O CMD será composto por membros a serem definidos pelo Chefe do Poder Executivo, em áreas que abarcam o desenvolvimento econômico municipal e tributário.

§ 6º As proibições previstas no §2º deste artigo alcançam as pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário pessoa que sofreu as sanções de proibição de contratar com o
Praça Prefeito José Luiz da Costa, s/n.º - Centro - Conceição da Barra – ES. – Lei n.º 2.830/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, econômicos ou creditícios, com trânsito e julgado.

Art. 2º - Para a concessão de incentivos fiscais e econômicos, o Município e o Conselho Municipal de Desenvolvimento levarão em consideração e avaliarão as prioridades com relação aos seguintes aspectos relevantes do novo empreendimento ou de expansão de empreendimento existente:

I - o tipo de empreendimento e seu pioneirismo em relação às atividades econômicas já desenvolvidas no Município, considerando a repercussão positiva na economia local de atividades ainda não desenvolvidas e que poderão contribuir para a formação de toda uma nova cadeia de suprimentos, serviços e de atração de novos empreendimentos;

II - a incorporação e difusão de técnicas, metodologias e tecnologias de ponta nas várias etapas do processo industrial ou de serviços;

III - a quantidade e as categorias profissionais de novos postos de trabalho, diretos e indiretos a serem gerados pela nova empresa ou pela expansão de empresa já em atividade no Município, não sendo considerados os postos de trabalho transferidos de estabelecimento da mesma empresa quando já em funcionamento no município;

IV - os prazos de implantação e de início de atividades, que deverão ser compatíveis com o porte do empreendimento e a boa técnica construtiva;

V - a localização e outros aspectos em face das disposições do Plano Diretor Municipal;

VI - o valor das imobilizações e o retorno do investimento;

VII - o tempo de duração do empreendimento;

VIII - a disponibilidade do Município, na concessão do incentivo requerido;

IX - as disposições constantes na legislação municipal, estadual e federal;

X - as disposições contidas na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - a precisa definição da política da nova empresa ou da empresa existente com relação ao desenvolvimento sustentável, aos impactos ambientais decorrentes de sua implantação e aos dispositivos da legislação ambiental;

XII - a participação e contribuição social da empresa junto à comunidade local;

XIII - a utilização, pelo novo empreendimento, de bens e serviços produzidos por empresas instaladas no município.

XIV - geração de emprego e renda;

XV - conformidade do empreendimento com a Lei Municipal aplicável ao uso e ocupação do solo;

XVI - utilização da matéria-prima existente no Município ou insumos industriais fornecidos por empresas locais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

- I - doação de áreas de terras necessárias, em locais adequados com cláusula expressa dispondo sobre a reversão do imóvel ao patrimônio municipal no caso de não instalação da empresa em prazo certo e determinado, mediante lei específica;
- II - permuta de áreas em atendimento a solicitações de empresas já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta lei;
- III - capacitação de pessoal a ser recrutado no município de Conceição da Barra, por meio de programa municipal, estadual e federal específico;
- IV - concessão de direito real de uso ou doação de terreno à empresa existente ou que venha se instalar no Município, a fim de atender as prioridades socioeconômicas.
- V - outros incentivos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município, observando às demais legislações pertinentes.

Parágrafo único: Reverterão ao Poder Público Municipal os terrenos concedidos a título de incentivos econômicos, quando não utilizados em suas finalidades previstas nos prazos estabelecidos nos respectivos contratos.

Art. 6º - A redução do imposto sobre serviços poderá ser concedida na forma que segue:

- I – fixação da alíquota em 4% de ISS pelo prazo de 03 anos para as empresas que gerarem no mínimo 20 empregos diretos;
- II – fixação da alíquota em 3% ISS pelo prazo de 05 anos para as empresas que gerarem no mínimo 40 empregos diretos;
- III – fixação da alíquota em 2% ISS pelo prazo de 10 anos para as empresas que gerarem no mínimo de 100 empregos diretos;

Art. 7º - A redução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis poderá ser concedida na forma que segue:

- I – redução Total na aquisição de imóvel para instalação de Empresa Beneficiária desta Lei;
- II – A redução de que trata este artigo não será concedida na venda do citado imóvel a outra Pessoa Jurídica ou Física que não se enquadre na presente Lei.

Art. 8º - A redução do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será de 100% para o imóvel objeto de instalação de Empresa Beneficiária desta Lei, pelo prazo de 10 anos.

Art. 9º - As reduções serão concedidas a contar da data da concessão do benefício pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Para beneficiar-se dos incentivos fiscais e econômicos, previstos nesta Lei, a empresa deverá formalizar o pedido através de requerimento à Secretaria Municipal de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Desenvolvimento Econômico, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, acompanhado do projeto e orçamento do empreendimento.

§ 2º Os benefícios previstos não poderão contemplar empresas que estejam em débito com o erário público municipal, bem como a que tiverem seus projetos em desacordo com as prescrições da legislação ambiental e do Plano Diretor Municipal.

Art. 10 - A empresa beneficiada por esta Lei, no caso de sucessão e incorporação não poderá:

- I. Transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal sem a prévia autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos;
- II. Dar destinação diversa do projeto original, sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, mesmo que os novos fins atendam à continuidade dos propósitos iniciais.

Art. 11 - As empresas beneficiadas deverão apresentar e comprovar, trimestralmente, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente, relatórios com o número de empregados devidamente registrados.

Art. 12 - A empresa que for beneficiada perderá os direitos decorrentes desta Lei, caso, sem motivo justificado:

- I – paralisar por mais de 03 (três) meses suas atividades;
- II – alterar o ramo da atividade sem autorização prévia;
- III – dispor, no todo ou em parte, sem a expressa autorização do Poder Executivo;
- IV – atrasar injustificadamente a implantação do projeto;
- V – descumprir as cláusulas, sem justificativa plausível, projetos ou prazos;
- VI – for decretada a falência ou instalação de insolvência civil;

§ 1º A entidade beneficiada que não cumprir com a finalidade de presente Lei ou rescindir o contrato, terá os valores restabelecidos por lançamentos de ofício e cobrados com os respectivos acréscimos legais, retroagindo a data da concessão do benefício.

§ 2º Perde os benefícios concedidos pela presente Lei às empresas que deixarem de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, bem como comprovada má fé na utilização dos benefícios previstos.

§ 3º Cessados os benefícios concedidos por consequência das ações identificadas neste artigo, a empresa será responsabilizada pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, acrescidos de juros legais e atualizados pelos índices de correção monetária vigente à época, pagos em tantas parcelas mensais e sucessivas quantos foram os meses de benefícios concedidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 13 - Não poderá obter os benefícios fiscais previstos nesta lei a empresa que, no período anterior de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação desta Lei, tenha alienado área de terras que pudesse ser utilizada para o empreendimento candidato aos incentivos.

Art. 14 - O projeto de novo empreendimento ou de expansão de empresa já em funcionamento no município deverá incluir:

- I - estudo mercadológico e de viabilidade econômica e financeira do empreendimento;
- II - anteprojeto arquitetônico e demais anteprojetos de engenharia devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD) e pelo setor de Engenharia da Municipalidade
- III - metodologia de execução;
- IV - quantidade de empregos diretos e indiretos, com especificação das especialidades profissionais;
- V - plantas de situação e de localização;
- VI - cópias dos atos constitutivos da empresa e posteriores alterações, devidamente registradas nos órgãos competentes;
- VII - cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- VIII - certidão negativa da Receita Federal e das Fazendas estadual e municipal;
- IX - certidão negativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no caso de empresa;
- X - certidão de nada consta (CND) do INSS, no caso de empresa;
- XI - certificado de regularidade do FGTS, no caso de empresa;
- XII - certidão judicial (Falências e Concordatas), de Títulos e Protestos e Cartorários, no caso de empresa.
- XIII - Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas (CEAT) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), junto à Justiça do Trabalho;
- XIV - título de domínio do imóvel, devidamente registrado, se for o caso;
- XV - cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa, o qual tem legitimidade para pleitear os benefícios desta Lei;
- XIV - cópia da Carta de Anuência expedida em favor do empreendimento, pelo Poder Público;

Art. 15 - Para avaliação dos projetos encaminhados pelas empresas interessadas nos incentivos previstos nesta Lei, a Prefeitura Municipal poderá contratar o assessoramento de técnicos especializados que emitirão laudos sobre os quais a Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Desenvolvimento basear-se-ão, para a emissão do seu parecer técnico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único: Cabe ao Chefe do Poder Executivo Municipal a decisão final sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos, tomada com base nos pareceres emitidos.

Art. 16 - As empresas interessadas em lotes de terrenos dos Distritos Industriais, à margem da rodovia BR-101, deverão apresentar suas reivindicações à Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, que instruirá os processos ao Conselho Municipal de Desenvolvimento.

§ 1º A reivindicação da empresa interessada deverá estar acompanhada dos mesmos documentos constantes dos incisos I a VII do Artigo 11 desta Lei.

§ 2º Aprovado o projeto pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, e pelo Chefe do Poder Executivo, o município providenciará o procedimento de doação com reversão do terreno para implantação e funcionamento do empreendimento do tipo e nas dimensões mínimas do apresentado no projeto da interessada.

Art. 17 - Para atendimento ao disposto nesta Lei, fica autorizado a inclusão destes incentivos no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 18 - A fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pelos empreendimentos beneficiados por esta Lei será efetuada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Saneamento, Habitação e Meio Ambiente.

Art. 19 - O Prefeito Municipal poderá, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei, editar decreto regulamentando a sua aplicação.

Art. 20 - Aprovado o pedido para implantação, transferência ou ampliação da entidade, o interessado deverá firmar documento onde serão mencionados os benefícios concedidos e os encargos assumidos de acordo com o projeto apresentado.

Art. 21 - Às empresas beneficiadas com as reduções fiscais desta Lei é vedado usufruir da redução dos tributos municipais, sem que tenha iniciado a implementação do respectivo plano.

Art. 22 - O Chefe do Poder Executivo, considerando para decidir os requisitos indicados no artigo 5º, fará constar no decreto ou lei específica que outorgar a concessão de incentivos fiscais e econômicos de que trata esta Lei:

I - a denominação da Empresa beneficiária, CNPJ, inscrição estadual;

II - a denominação da empresa contratante, CNPJ, inscrição estadual, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

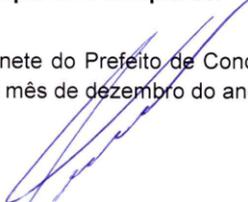
- III - a identificação das espécies tributárias municipais a que está desobrigada de recolher;
- IV – a definição dos percentuais de redução nos incentivos concedidos;
- V – o prazo de vigência dos incentivos fiscais de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração;
- VI - as obrigações a serem cumpridas durante o período do benefício fiscal;
- VII – área de domínio do Município que se pretende instalar o empreendimento.

Parágrafo Único: O prazo de vigência a que se refere o inciso V deste artigo poderá ser ampliado em até 12 (doze) anos, prorrogável por igual período, quando tratar-se de empreendimento cujo investimento seja superior a dois bilhões de reais.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.


Francisco Bernhard Vervloet
Prefeito


Sebastião da Cunha Sena
Gestor de Governo
Portaria n.º 068/2018